

Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

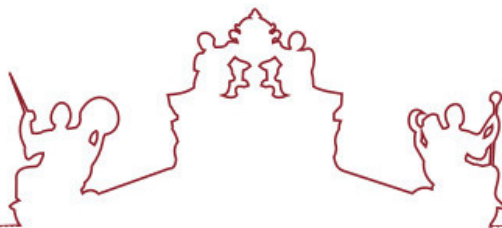
Dissertação

A Anarquia do Sistema Internacional: O Neorealismo de
Kenneth Waltz aplicado ao Século XXI

Hugo Sérgio Martins Monteiro

Orientador(es) | Silvério Carlos Cunha

Évora 2020



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

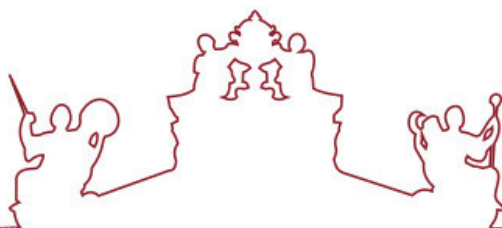
Dissertação

A Anarquia do Sistema Internacional: O Neorealismo de
Kenneth Waltz aplicado ao Século XXI

Hugo Sérgio Martins Monteiro

Orientador(es) | Silvério Carlos Cunha

Évora 2020



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Evanthia Balla (Universidade de Évora)

Vogais | Irene Viparelli (Universidade de Évora) (Arguente)
Silvério Carlos Cunha (Universidade de Évora) (Orientador)

AGRADECIMENTOS

Este momento é o culminar de 2 anos de trabalho e de sacrifício. Sacrifício pessoal e também familiar. Foram muitos os que de uma forma ou outra me apoiaram e me ajudaram a ultrapassar mais este desafio.

Na impossibilidade de agradecer a todos deixo um agradecimento aos que me são mais próximos.

Em primeiro lugar ao Professor Doutor Silvério Cunha, meu orientador, por todo o saber transmitido ao longo de um ano de trabalho. Sem pressões. Objetivo. Claro na mensagem. Mais que um Professor, um amigo.

Aos meus amigos mais próximos o obrigado pelo constante apoio e motivação.

À minha mãe um obrigado por sempre acreditar em mim. Sem ti não tinha crescido.

Ao meu irmão Marco obrigado pelo constante encorajamento, pela força que sempre me transmitiste.

Aos meus sogros um muito obrigado por todo o apoio que sempre deram e dão, os quais considero como segundos pais.

À minha filha um obrigado por não me cobrar pela ausência e também pela paciência que tinha de ter em algumas alturas.

Por último, e neste caso o último é o primeiro, um muito obrigado à minha esposa pela paciência, pela ausência, pelo apoio, pela força e sobretudo por ser quem é.

“States in the world are like individuals in the state of nature. They are neither perfectly good nor are they controlled by law.”

Kenneth Waltz

A ANARQUIA DO SISTEMA INTERNACIONAL: O NEOREALISMO DE KENNETH WALTZ APLICADO AO SÉCULO XXI

RESUMO

Esta Dissertação procura analisar a aplicabilidade do Neorrealismo de Kenneth Waltz às Relações Internacionais do Século XXI, num Sistema Internacional com uma estrutura cada vez mais densa mas que continua a ter como característica intrínseca a Anarquia.

Analisamos a evolução do Realismo Político ao longo da história de modo a percebermos os conceitos base desta corrente de pensamento até ao Neorrealismo de Kenneth Waltz. Posteriormente definimos o conceito de Anarquia e aplicamos as teses de Waltz a eventos do Século XXI, especificamente na problemática do Programa Nuclear Iraniano, onde os pressupostos Neorrealistas se enquadram e explicam as ações dos diferentes intervenientes.

O Neorrealismo continua a ser uma base teórica com aplicação nos nossos dias com a vantagem de simplificar a análise ao cingir-se às variáveis que realmente importam, sendo os Estados ainda o principal Actor das Relações Internacionais, pese embora toda a dinâmica estrutural existente no Sistema Internacional.

Palavras-Chave: Anarquia, Sistema Internacional, Realismo, Kenneth Waltz, RI no Século XXI

THE ANARCHY OF THE INTERNATIONAL SYSTEM: KENNETH WALTZ'S NEO-REALISM APPLIED TO THE 21ST CENTURY

ABSTRACT

This Dissertation seeks to analyze the applicability of Kenneth Waltz's Neorealism to 21st Century International Relations, in an International System with an increasingly dense structure but which continues to have Anarchy as an intrinsic characteristic.

We analyze the evolution of Political Realism throughout history in order to understand the basic concepts of this current of thought until Kenneth Waltz's Neorealism. Subsequently, we defined the concept of Anarchy and applied Waltz's theses to 21st century events, specifically in the problems of the Iranian Nuclear Program, where the Neorealist assumptions fit and explain the actions of the different stakeholders.

Neorealism remains a theoretical basis with application in our days with the advantage of simplifying the analysis by limiting itself to the variables that really matter, being the States still the main actor in International Relations, despite all the structural dynamics existing in the System International.

Keywords: Anarchy, International System, Realism, Kenneth Waltz, IR in the 21st Century

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
PARTE I – REALISMO POLÍTICO	
A Natureza das Relações Internacionais	13
O Realismo Político nas Relações Internacionais	15
Antecedentes e evolução do pensamento	17
Tucídides – Um Realismo Presente	18
Nicolau Maquiavel – O Início da Construção do Realismo Político Moderno	19
Thommas Hobbes – Os Alicerces Teóricos do Realismo Político Moderno	22
Jean Jacques Rousseau – <i>A Realpolitik</i>	27
SÉCULO XX E AS PRIMEIRAS ABORDAGENS TEÓRICAS	29
Carl Schmitt – O Primeiro dos Realistas do Século XX	29
Edward Carr – O Início da Conceptualização	32
REALISMO CLÁSSICO	
Hans Morgenthau e a Conceptualização Teórica do Realismo Clássico	36
NEORREALISMO	42
Kenneth Waltz – O Realismo Estrutural ou A “Ordem Anárquica”	43
Algumas críticas ao Neorrealismo, A Anarquia do Sistema Internacional – Conceito e Definição	53

PARTE II – A VISÃO NEOREALISTA SOBRE O PROGRAMA

NUCLEAR IRANIANO (1979-2010)

Cronologia do Programa Nuclear Iraniano	66
Breve Enquadramento Teórico	68
Envolvência Internacional Iraniana	73
O porquê do Programa Nuclear Iraniano	77
O Irão de Ahmadinejad	79
CONCLUSÕES	84
BIBLIOGRAFIA	87

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o Homem, enquanto organização Social e Política, e colocado de frente com a sua incapacidade de autossuficiência, foi sempre obrigado a relacionar-se entre si. Essas relações, quando realizadas entre Estados que ultrapassam as fronteiras do seu território são denominadas de Relações Internacionais.

Pese embora ao que chamamos de Relações Internacionais poderem ser encontradas similaridades ao longo de toda a história da humanidade, foi apenas no Século XX que o seu estudo passou a ter uma verdadeira importância. Antes da Primeira Grande Guerra a análise deste tipo de relações restringia-se quase somente aos indivíduos diretamente ligados ao assunto a tratar, mas a partir de 1914 o estudo da Política Internacional e das Relações Internacionais ganhou relevância (CARR, 1939).

Com o fim da Primeira Grande Guerra surge uma primeira teorização das Relações Internacionais, que tinha por base o pensamento e os princípios idealistas. Esta surge como uma reação à guerra e, sendo pautada pelo princípio da moralidade nas relações entre Estados, defendia que deveria existir uma harmonia de interesses entre estes de modo a ser possível atingir a tão desejada paz internacional. Foi com suporte nesta base teórica e ideológica que foi criada a Liga das Nações, cujo objetivo seria a manutenção da paz e da segurança internacional através da cooperação entre os seus membros. Porém, a Liga das Nações e os seus ideais não se mostraram capazes de evitar um novo conflito à escala global, desta feita com consequências ainda mais devastadoras que o primeiro.

É neste contexto que, primeiro através de Edward Carr e posteriormente por Hans Morgenthau, é desenvolvida uma base teórica que tinha como premissa mostrar a realidade das coisas como são e não como deveriam ser, preconizando que as Relações Internacionais, ao invés da harmonia de interesses entre os Estados, são caracterizadas pelo conflito desses interesses, sendo o Estado e a sua Ação a figura central, na procura permanente da

satisfação dos seus interesses próprios e da sua segurança. A esta base teórica, que contrasta com o idealismo atrás referido, chamamos de Realismo, ou melhor Realismo Político.

Desde a Segunda Grande Guerra até aos nossos dias, a Sociedade Global evoluiu e verificou-se a emergência de novos actores na cena internacional e dessa forma são efetuadas críticas à Teoria Realista que continua de certa forma a excluir esses actores considerando o Estado o Actor quase exclusivo das Relações Internacionais. Não deixando estes actores de ter importância, iremos nos centrar nas relações entre Estados pela centralidade que ocupam desde sempre no cenário internacional.

PARTE I – REALISMO POLÍTICO

A Natureza das Relações Internacionais

Ligada diretamente à natureza das Relações Internacionais está o papel central que os pressupostos da natureza humana desempenham no Realismo Clássico, a primeira formulação teórica desta linha de pensamento nas Relações Internacionais. A motivação humana é vista como a raiz do conflito, e o conflito violento é uma característica intrínseca da vida social (FREYBERG-INAN, 2004, pp 92), sendo essa propensão ao conflito que leva os Estados na busca de Poder, tornando este o seu principal objetivo, o que, naturalmente, leva à guerra.

Estes pressupostos implicam o assumir que a natureza humana é trágica. Esta tragédia inevitável é um elemento central no Realismo Clássico. Considerando os teóricos do Realismo Clássico que a história é cíclica, e pese embora todos os esforços para manter a paz, a longo prazo a guerra surge como algo inevitável nas relações humanas, e por consequência nas Relações Internacionais.

Sendo o Realismo Político uma teoria política que pretende explicar a realidade como se nos apresenta, importa perceber que se nos perguntarmos o que é a realidade efetivamente, muitas vezes somos tentados a desistir da busca pela resposta. Porém, a natureza da realidade como tal, é uma questão que não tem barreiras na sua explicação do Realismo Político (e mesmo do Idealismo), pois em primeiro lugar o Realismo Político não procura explicar a natureza da realidade como um todo.

“...as man is a creature living primarily in history and society, the “existence” that surrounds him is never “existence as such”, but always a concrete historical form of social existence... which does not exist only in the imagination of certain individuals but according to which people really act...”

(MANNHEIM, 1936, pp. 174)

A natureza das Relações Internacionais advém necessariamente das discussões teóricas tradicionais no seio da disciplina, contudo, iremo-nos focar no nascimento e evolução da política internacional na era moderna, grosso modo a partir do Século XVII. É neste período que nasce e se desenvolve o conceito de Estado Soberano, sendo esta característica tradicionalmente relacionada com a Paz de Vestfália, de 1648, resultando daí o moderno sistema de Estados.

No entanto, desde esse tempo muita coisa mudou. Como a secularização da política, o desenvolvimento do Direito Internacional bem como o surgimento de Organizações Internacionais, como a Liga das Nações (1919) ou mesmo a Organização das Nações Unidas (1945). Mas uma das características que define as Relações Internacionais foi a disseminação global do conceito de Estado Nação, e é esta característica que nos permite compreender muitas outras como a Anarquia do Sistema Internacional e a partir daí a Guerra, e também o Sistema de Equilíbrio de Poder. Porém, perceber as Relações Internacionais é mais complexo do que se pode imaginar, pois é uma área de estudo repleta de debates sobre quais são as características mais relevantes da Política Internacional e de como as estudar.

Principais debates teórico-ideológicos em Relações Internacionais	
Realismo vs Idealismo	Década de 30
Tradicionalismo vs Behaviorismo	Década de 60
Neorrealismo vs Neoliberalismo	Década de 80
Racionalismo vs Reflectivismo	Década de 90

No quadro acima estão identificados os quatro principais debates teórico-ideológicos dentro da disciplina de Relações Internacionais. No entanto, para o nosso trabalho, iremos nos focar no primeiro, o Realismo vs Idealismo, e no

terceiro, o Neorrealismo vs Neoliberalismo, debates fundamentais e centrais da disciplina.

O Realismo Político nas Relações Internacionais

Para muitos o Realismo são as Relações Internacionais. O Realismo, como o termo é usado na disciplina, surge no final da década de 30 e início da década de 40 do século passado, em plena Segunda Guerra Mundial, como resposta ao que era entendido como o pensamento ingênuo de políticos e académicos liberais.

O Realismo surge como resposta necessária ao utopismo, pensamento que caracterizou o período entre guerras. A ideia de um Sistema Internacional sem conflitos e competição entre Estados, deixando a guerra de ser uma ferramenta da política externa e com o estabelecimento de uma paz perpétua, o que não se veio a verificar, tendo como consequência o eclodir da Segunda Guerra Mundial.

Carr (1939) idealizou uma ciência política madura do cenário internacional que combinasse o que chamou de pensamento intencional (*purposing thinking*) com o Realismo, sendo que este último iria conduzir a agenda na medida em que é a prática que deve criar a teoria e não o contrário.

Uma das razões para a durabilidade do Realismo como teoria dominante das Relações Internacionais é o facto de se apresentar como uma ciência prática da Política Internacional. Uma outra é a clareza dos seus princípios com tendência a ter um grande poder explicativo, explicação essa assente sempre em análises objetivas dos assuntos internacionais, centradas nas relações de poder entre Estados, o que nos permite “eliminar” a subjetividade da retórica utópica e focar a análise na realidade objetiva.

Deste modo podemos verificar que a característica chave do Realismo será o foco no Poder, mais precisamente no Poder dos Estados, sendo estes os principais atores da Política Internacional. É a Política de Poder que nos ajuda a explicar as ações dos Estados, sendo que tudo o resto, como o estudo

abrangendo Organizações Regionais ou Internacionais, é secundário, tendo a explicação dos eventos de carácter internacional uma redução sempre ao nível das relações de poder entre Estados.

Este foco central na Política de Poder leva os teóricos Realistas a perceber outras características das relações entre Estados, como as formas para alcançarem poder, o dilema do garante da sua própria segurança e as formas, sempre evolutivas, de equilíbrio de poder. Outra característica que torna o Realismo atrativo é o facto, como já referimos, de ser uma ciência política com uma componente prática forte, aspirando ao rigor científico, à criação de argumentos objetivos e o de tentar uma construção teórica passível de observação e de relativa experimentação.

Neste sentido, os temas bases do Realismo Político das Relações Internacionais são a condição Anárquica do Sistema Internacional (estado de natureza), a busca permanente pelo Poder por parte dos Estados, a primazia deste sobre a moral, a importância do Estado como principal ator e a premissa de que a análise destes temas leva a um retrato exato da realidade das Relações Internacionais.

Antecedentes e Evolução do Pensamento

O Realismo, a par do Liberalismo, é o resultado de uma longa tradição filosófica, sendo que os temas que suportam a teoria podem ser encontrados de forma repetida em algumas obras clássicas da história do pensamento político. O Realismo tem a sua base assente no pressuposto de que o indivíduo é egoísta e permanentemente em busca de poder. Tendo o auge do seu desenvolvimento no desencadeamento da Segunda Grande Guerra, os seus principais teóricos foram Edward Carr e Hans Morgenthau. Na sua construção teórica, a Teoria Realista diferencia-se das outras com a base que a sustenta. O Liberalismo usa como pressupostos básicos os princípios idealistas que inspiraram a falhada Liga das Nações no pós Primeira Grande Guerra e a Organização das Nações Unidas, surgindo esta no período que finda as Grandes Guerras. A Teoria Realista, por sua vez, faz-se valer dos ensinamentos de autores como Nicolau Maquiavel, onde podemos encontrar referências claras à Política de Poder, necessidade, Razão de Estado e à primazia da Política sobre a Ética ou a Moral, e claro, em Thomas Hobbes, sendo este fundamental para a construção Teórica Realista a partir da sua descrição de como o Homem age na ausência de uma autoridade central.

Os indivíduos, unidade base da organização social, aglomeram-se em Estados, e estes atuam de forma unitária na procura de fazer valer os seus próprios interesses, sendo que estes estão definidos pelo poder que conseguem alcançar. Existindo um ambiente internacional anárquico, confiam principalmente na balança de poder e no poder de dissuasão para manter o Sistema Internacional num ponto de equilíbrio (MINGST, 2003).

Embora a sua teorização conceptual seja um produto recente da história, podemos encontrar tentativas de formular uma teoria similar durante todo o percurso da humanidade. Por volta do Século V a.c. uma visão particular do mundo ganhou relevo na Antiga Grécia que mudou de alguma forma a interpretação religiosa dos eventos históricos para uma visão secular adicionando ainda uma análise instrumental destes. Apoiou o que se poderia chamar de Epistemologia Científica Positivista, isto é, uma abordagem particular para a aquisição de conhecimento baseada em três grandes

pressupostos: a crença de que os fenômenos existem independentemente da observação humana (factos da natureza); a crença de que é possível explicar todos os factos da natureza com referência a outros factos da natureza; a crença no poder da observação e interpretação humana para descobrir a real natureza dos fenômenos observados.

Tucídides – Um Realismo Presente

Como referência primeira da Teoria do Realismo Político temos Tucídides (460 a.c. – 400 a.c.). O seu corte com a tradição mitológica torna a sua obra de particular interesse, sendo considerado por muitos o primeiro historiador científico. Os Realistas olham com frequência para a sua obra “*História da Guerra do Peloponeso*”, onde coloca a ênfase na importância do Poder. Esta obra retrata a guerra de Atenas contra Esparta (431 a 404 AC) sendo considerada a primeira obra clássica do Realismo Político a partir dos quais autores como Hobbes foram buscar influência. Nesta obra podemos verificar a existência de, pelo menos, 4 pressupostos do Realismo conforme foi teorizado no século XX.

O primeiro é de que, para Tucídides, o Estado é o principal ator na guerra e na política. O segundo é o assumir do Estado como um entidade unitária, que fala e age a uma só voz. O terceiro diz que a ação dos decisores em nome do Estado são tidas como racionais, e é essa racionalidade na tomada da decisão que os leva a perseguir sempre os interesses nacionais do Estado enquanto unidade. O quarto prende-se com a segurança do o que se poderia alcançar promovendo a economia a nível interno e formar alianças a nível externo com Estados que partilhassem interesses similares.

Tucídides ao abordar a questão da Anarquia afirma que a única forma de manter a ordem é através da balança de poder, o que, na sua visão, seria sempre pela forma do exercício do poder dos mais fortes sobre os mais fracos. Estas relações entre as unidades estatais são caracterizadas pela constante luta pelo poder fazendo depender a sobrevivência das unidades através do

poder relativo que detêm e das suas capacidades instaladas. Esta forma de poder de um sobre o outro está bem patente na descrição que Tucídides faz:

“..., pois deveis saber tanto quanto nós que o justo, nas discussões entre os homens, só prevalece quando os interesses de ambos os lados são compatíveis, e que os fortes exercem o poder e os mais fracos se submetem.”

(TUCÍDIDES, 2001, Livro V, capítulo 89, pp. 348)

O Realismo Político patente em Tucídides é definido pela lógica da luta permanente pelo poder, objeto primário do Estado, o que regularmente leva ao conflito. Sendo as políticas deste abjetas de moral e baseadas no jogo de interesses, inseridos num ambiente anárquico, dão primazia a uma balança de poderes sistematizada de modo a melhorar os seus níveis de segurança, estabilidade, poder e influência (Sheehan, 2000).

Aprendemos em Tucídides o funcionamento da retórica Realista. O Realismo, baseado na visão determinista da natureza humana, logicamente afirma que o impacto do argumento racional no comportamento humano é mínimo.

Nicolau Maquiavel – O Início da Construção do Realismo Político Moderno

Um dos pensamentos mais fortes da base da Teoria Realista surge com Nicolau Maquiavel (1469 – 1527), que desenvolve de forma muito convincente as ideias já expressas por Tucídides. Maquiavel, em *“O Príncipe”*, discorre sobre o principado onde o seu objetivo é retratar a ascensão do novo príncipe que irá livrar a Itália das mãos dos bárbaros (BEDIN, 2004).

A sua Teoria Política é baseada numa conceção estável e uniforme da natureza humana, isto porque podendo nós efetuar suposições generalizadas sobre a motivação do Homem, podemos então explicar as regularidades do mundo social e político.

Para Maquiavel, o Soberano tem de usar padrões morais diferentes dos restantes indivíduos para garantir a sobrevivência da sua unidade Estatal ao mesmo tempo que teria de estar sempre preocupado com o poder, caracterizando a política como um conflito de interesses (DOUGHERTY e PFALTZZGRAF, 2011).

Tendo um pensamento que se preocupava com a verdade efetiva das coisas, procurava sobretudo perceber a realidade do Estado e da sua interação com outros Estados, seguindo os passos dados anteriormente por Tucídides, sendo o seu ponto de partida, e de chegada, a realidade concreta. Via e analisava a realidade como ela era e nunca como gostaria que fosse, marcando uma clara transição do dever ser para o âmbito do ser, ou seja, o que é.

Coloca a responsabilidade e dever nas mãos dos homens, sendo que o conflito de forças na política destaca-se pelas relações entre Estados, salientando desde já que foi Maquiavel que introduziu o termo Estado no seu sentido moderno, perdurando este até aos dias de hoje, logo nas primeiras linhas do primeiro capítulo de “*O Príncipe*” (MAQUIAVEL, 2012, pp. 4).

Para Maquiavel a distinção entre um bom e um mau principado seria apenas calculado pela estabilidade do Estado. Afirma Maquiavel:

“... que um homem que queira em todas as suas palavras fazer profissão de bondade, perder-se-á em meio a tantos que não são bons. Donde é necessário, a um príncipe que queira se manter, aprender a poder não ser bom e usar ou não da bondade, segundo a necessidade.”

(MAQUIAVEL, 2012, pp. 60).

Como Hobbes, para Maquiavel, o principal objetivo do Estado seria o de manter a ordem e garantir a sua manutenção, e para tal o Príncipe poderia usar as suas próprias armas e virtude (*Virtú*), ou pelas armas dos outros e pela sina (fortuna), sendo que considerava a possibilidade de existência de desordem e conflito, o que, transpondo para o âmbito internacional, a

desordem seria a regra, o que nos leva para o conceito central do nosso trabalho, a Anarquia do Sistema Internacional.

Defende que o Soberano deve adotar diferentes estratégias na procura da defesa dos seus interesses: Alianças e estratégias ofensivas e defensivas para defender o Estado. A adoção de uma determinada estratégia seria sempre alvo da racionalidade inerente ao Soberano e tendo em conta a análise daquela que maiores benefícios trariam ao Soberano e ao Estado (Mingst, 2017).

No entanto, o Estado deveria estar sempre preparado para a guerra, sendo a demonstração de força o meio para garantir a segurança e manutenção do Poder, sendo as capacidades que o Estado possui o garante do alcance dos seus objetivos, o que nos remete para as “capacidades de Ação” referidas por WALTZ, sendo para este, tal como para Maquiavel, o Poder a capacidade de colocar o Estado numa posição de hegemonia.

Sendo para Maquiavel válidas todas as ações tomadas pelo soberano para garantir a segurança e sobretudo a manutenção do poder, podemos dizer que o seu princípio de que os fins justificam os meios no seu pensamento se torna efetivamente válido, sendo que, o objetivo primordial seria a manutenção do poder, o que no seu pensamento não se julga pelos meios que usa mas sim pelo resultado que obtém (BOBBIO, 1997).

Nunca se referindo de forma explícita ao conceito de Balança de Poder, o seu pensamento estabelece as bases da Teoria das Relações Internacionais, onde este conceito é fulcral, conseguindo estabelecer a ideia de que o Estado é uma força moral que terá de ter a lealdade dos seus cidadãos e uma unidade política com direitos, e que deve ser defendida, um conceito que teve a sua completa aceitação apenas com a secularização da política e a paz de Westafalia, em 1648.

A grande contribuição de Maquiavel é o afastar julgamentos morais e preceitos religiosos da esfera política. Existe em Maquiavel a:

“... afirmação da esfera política em toda a sua extensão, que, ao afastar os juízos éticos ou morais, é articulada a partir de uma visão absolutamente

realista das relações de poder e concretizada por meio da secularização e da racionalização dos argumentos políticos.”

(BEDIN, 2004, pp. 85).

Como podemos ver, Maquiavel lança a ideia de que o Estado não se define apenas pelo seu sistema interno, mas também pelas suas relações com outros Estados, existindo dessa forma uma ordem internacional estruturada, ordem essa “governada” pela Balança de Poder (SAVIGEAR, 1978).

Thommas Hobbes – Os Alicerces teóricos do Realismo Político Moderno

O pressuposto central a todas, ou quase todas as linhas de pensamento do Realismo Político nas Relações Internacionais é o de que o Estado existe num ambiente de Anarquia Internacional, pressuposto este articulado em Thomas Hobbes (1588 – 1679), no *Leviatã*, onde exprime as ideias de contratualismo onde a sociedade e o poder político estariam diretamente ligadas a um contrato social entre os indivíduos com o objetivo de construir um Estado Social e Político, em detrimento do Estado de Natureza.

Deste modo, Thomas Hobbes rompe com a herança Aristotélica da sociabilidade natural do Homem e com a tradição medieval da concessão divina do poder do Rei e estabelece um novo e surpreendente fundamento do poder: o consenso dos indivíduos formalizado através de um contrato (BEDIN, 2004). Os Homens, no Estado de Natureza, são iguais entre si e cada um defende os seus interesses e a sua sobrevivência.

Conceitos como certo ou errado, justiça e injustiça não têm sentido no Estado de Natureza, sendo ideias que precisam de uma autoridade central com poder para as fazer valer. Neste Estado de Natureza, o Homem é levado pelo medo e pela razão, pelo dilema de segurança que enfrenta e a agir de forma egoísta em relação aos seus semelhantes. Deste modo, poder e engano são as duas

principais virtudes da Ação. Numa das suas citações mais famosas, Hobbes resume as consequências da anarquia e da igualdade:

“Hereby it is manifest that during the time men live without a common power to keep them all in awe, they are in that condition which is called war; and such a war as is of every man against every man. For war consisteth not in battle only, or the act of fighting, but in a tract of time, where in the will to contend by battle is sufficiently known.”

(HOBBS, 1651, capítulo XIII, pp. 77)

Estando a sociedade num estado de Anarquia, a solução para este estado de natureza seria a existência de um Estado unitário – o Leviatã – onde o poder seria centralizado e absolutista (Dougherty e Pfaltzgraf, 2011). Também Bull (1981) identifica esta afirmação de que os Estados estão num Estado de Natureza, identificando ainda que para Hobbes esse seria igual a estar num Estado de Guerra permanente, o que se deve à inexistência de um Estado soberano acima dos Estados, situação que Hobbes retrata na seguinte passagem:

“... But though there had never been any time, wherein particular men were in a condition of war one against another; yet in all times, kings, and persons of sovereign authority, because of their independency, are in continual jealousies, and in the state and posture of gladiators; having their weapons pointing, their eyes fixed on one another; that is, their forts, garrisons and guns upon the frontiers of their Kingdoms; and continual spies upon their neighbours; which is a posture of war...”

(HOBBS, 1651, capítulo XIII, pp. 79)

Neste sentido, e tomando como exemplo o que sucedeu na Guerra Civil Inglesa de meados do Século XVI, ou mesmo mais recentemente no Kosovo

em pleno século XX, podemos verificar a quase inevitabilidade do desastre humano que se segue à ausência de autoridade. Como consequência da ausência de um Governo Global temos a Anarquia, sendo a igualdade entre atores e a guerra o que caracteriza a política internacional – o Estado de Natureza. Bull (1981) diz que os 3 motivos que levam à guerra, segundo Hobbes, são uma ampliação daqueles que Tucídides define: por medo, por honra e por lucro.

Concorda com Tucídides na questão do medo, mas com uma apreensão racional da insegurança futura como sendo a principal razão que afeta sempre todos os Estados. É o medo que leva a uma busca por maiores índices de segurança, conseguida através da manifestação de um poder superior aos dos outros, podendo esta demonstração de poder ter diferentes tipos de manifestação, como o da influência Política, Militar ou Económica.

Para Hobbes a ordem é preservada pela razão e parte do princípio que todos os homens procuram a paz, mas desde que a sua própria segurança não seja colocada em causa, o que nos leva a uma das reivindicações do Realismo, um Sistema Internacional desapegado da moral e de valores, onde o Estado, ator racional primário e movido pelo próprio interesse, deixaria logo de parte o conceito utópico da universalidade da moral e dos valores.

Para Hobbes, tendo os Homens o constante desejo de paz usariam sempre o poder que detém para a obter, e a paz e segurança num Sistema Internacional anárquico apenas pode ser conseguida através da cooperação. O Realismo não vê grandes hipóteses de cooperação, pois todos colocam em primeiro lugar os seus próprios interesses. Reconhece as limitações à cooperação, mas afirma que devido ao facto de todos os Estados partirem como iguais no Sistema Internacional, podem criar formas de coexistência estáveis entre si – Balança de Poder -, estabelecendo assim a paz e segurança no Sistema Internacional.

Porém, e como Hobbes retrata o Sistema Internacional como sendo anárquico, a emergência do conflito está sempre latente, sumarizando as razões no capítulo 13 do Leviatã da seguinte forma:

“... So that in the nature of man, we find three principal causes of quarrel. First, competition; Second, diffidence; Third, glory. The first maketh man invade for gain; the second, for safety; and the third, for reputation...”

(HOBBS, 1651, capítulo XIII, pp. 76).

Hobbes aponta a felicidade como conceito central e objetivo primário do Homem, mas que não é possível de atingir num Estado de Natureza. Sendo o Homem dinâmico e sempre á procura de um estágio melhor de existência, a definição de felicidade não pode de forma alguma ser objetiva. Esta é evolutiva e dinâmica. No entanto, Hobbes falha, segundo Bull (1981), ao não ter em conta a similaridade entre os Estados a viver em Anarquia no Sistema Internacional e os indivíduos a viver sem governo. Os Homens escapam ao Estado de Natureza e submetem-se a um soberano para ter segurança à custa da cedência de liberdades. Hobbes diz-nos que a atividade do Homem é focada no futuro e na satisfação dos seus desejos, definindo o poder como um meio no presente para obter algo melhor no futuro, com ganho de poderes instrumentais, como riquezas, reputação e amigos.

Sendo o poder relativo a outras pessoas, este só será suficiente quando for superior ao dos outros cujos interesses chocam com os nossos (Gauthier, 1969). Mesmo que a procura de poder não se resuma apenas ao poder pelo poder, é sempre necessário que este seja sempre crescente para salvaguardar a segurança futura, e também para ser possível atingir uma posição de força, sendo esta a razão, segundo Hobbes, para:

“... a general inclination of all mankind, a perpetual and restlesse desire of power after power, that ceaseth only in death...”

(HOBBS, 1651, Capítulo II, pp. 61).

No que toca à desconfiança (*deffidence*), no Estado de Natureza a ação é condicionada por dois motivos: todos estão em competição pelo poder e ninguém tem uma superioridade natural. Esta situação gera medo e é essa

sensação de medo que nos leva a partir para uma ação ofensiva com o intuito de preservar a nossa segurança. Como todos pensam deste modo o Sistema Internacional torna-se num ambiente dominado pelo medo.

No caso da procura por Glória, ou reputação, Hobbes diz que a procura desta não é um desejo irracional de alguns, mas sim uma condição natural da natureza humana. Segundo a visão mecanicista já atrás referida, todos agem de modo a melhorar a sua posição e a garantir a sua auto preservação, e o valor de um Homem é o preço que outros pagariam pelo uso do seu poder, a reputação alcançada de um Homem (ou Estado) é valorizada pelos outros, sendo que “...*reputation of power, is power...*” (Hobbes, 1651, Cap. X, pp. 54).

Hobbes retrata desta forma um Sistema Internacional anárquico, onde os Estados estão permanentemente a vigiarem-se uns aos outros, sem uma autoridade central e sem normas. Sem ordem, mas “organizada” por uma balança de poder frágil, assente no medo de todos em relação a todos.

Podemos então resumir no quadro seguinte as ideias que aprendemos na história e que importam para a compreensão da Política Internacional de modo a aceitarmos as realidades e limitações da política.

Realismo – Principais pressupostos descritos ao longo da história		
Tucídides	História da Guerra do Peloponeso (431 a.c.)	Poder vs Justiça Necessidade
Nicolau Maquiavel	O Príncipe (1513)	Necessidade Razão de Estado Política sobreposta à moral
Thomas Hobbes	Leviatã (1651)	A Natureza Humana O Estado de Natureza como uma guerra de todos contra todos Poder

(Hugo Monteiro, 2020)

Jean Jacques Rousseau – A *Realpolitik*

Um outro histórico autor, e à imagem de Hobbes, tido como uma figura central nas teorias de Relações Internacionais é Jean Jacques Rousseau (1712 – 1778), tendo as suas obras ocupado um importante papel na construção Realista, percebendo de forma clara as verdades inerentes à Política de Poder.

A sua obra representa em grande parte a ideia base da *RealPolitik* e da crítica ao utopismo. Rosseau focava também a Anarquia e a racionalidade como elementos determinantes do Sistema Internacional, embora a sua obra acerca da Política Internacional seja sujeita a diferentes interpretações, sendo para muitos, como Hoffmann (1965), que a questão central na compreensão da Política Internacional ande em redor do conceito de Estado de Natureza, que aparece na visão de Rousseau como uma condição original de felicidade, de liberdade entre indivíduos pré-sociais, com um certo grau de desconexão entre si. Uma condição anárquica em tudo semelhante à idealizada por Hobbes, sendo o objetivo de Rousseau “salvar o Homem” desse estado de Anarquia (Delaney, 2019).

Rousseau aponta para a inevitabilidade da guerra entre Estados, levando a discussão para o tema da impossibilidade de paz entre os homens, entrando desse modo num Estado de Guerra que caracteriza as relações entre Estados. Sendo o Homem na sua origem isento de guerra, será necessário verificar o que o corrompeu, sendo o Estado de Guerra um estágio de onde não é possível regressar ao Estado de Natureza, pertencendo este à Sociedade Política e não ao Homem, pois não é da sua natureza, o que entra em desacordo com a visão de Hobbes, pois para este o Homem está em guerra no seu estado natural.

“Se o trabalho de construir a vontade geral no plano dos Estados é difícil, no plano internacional, é impossível.”

(ROUSSEAU, 2003, pp. XVIII)

É deste princípio que surge a natureza pessimista de Rousseau para o plano internacional. Da sociabilidade interna que Rousseau descreve como *Sociedades Escravizantes* (subordinadas a regras) partimos para a *Sociedade*

Internacional, local onde as necessidades que aproximavam os Homens agora passam a dividi-los.

Neste sentido, as relações entre unidades políticas formam um Estado de Guerra entre *indivíduos* no Estado de Natureza, sendo que a guerra tem as suas raízes na evolução da natureza para a sociedade, e da sociedade para o Estado. Cada Estado goza de independência na ação, e por isso o Estado de Guerra que Rousseau identifica é um estado latente de guerra perpétua, o que não diverge muito com a visão de Hobbes, considerando este que esta situação seria inevitável e tolerável.

No caso do Estado de Natureza Internacional Rousseau caracteriza-o não pelo isolamento das unidades políticas, mas pelos laços das mais variadas ordens, formando assim o corpo conceptual de uma sociedade internacional. No entanto, Rousseau olha para os laços entre Estados de forma negativa, pois quanto mais fortes e próximos forem esses laços, mais frequente e violenta será a guerra. Podemos considerar então que, tanto para Rousseau como para Hobbes, a inexistência de um poder coercivo acima do Estado é o que pode ser considerado como um dos mais fortes, senão o mais forte motivo para o aparecimento de conflitos. Remete-nos esta observação para a situação de Anarquia do Sistema Internacional, bem como para a estruturalização do mesmo, como Waltz o conceptualiza, fruto das relações de interdependência entre os Estados.

Na procura de fugir à Anarquia interna, seria necessária a criação de Estados que resolvessem os problemas a nível interno, provocando uma deslocação da situação anárquica para o recém-criado domínio das Relações Internacionais. Ou seja, deslocando a competição entre os Homens para uma competição entre Estados. A sua solução para resolver o Estado de natureza a nível interno é a “criação” do Estado Nação e da soberania estatal, mas em contrapartida recria um sistema anárquico *Hobbesiano* a nível internacional.

Ao olharmos para estas diferentes interpretações sobre a posição de Rousseau verificamos que existe um sistema anárquico de Estados Soberanos que mantem o Estado como uma unidade, da mesma forma que esta unidade estatal foi preconizada por Tucídides, Maquiavel e Hobbes.

SÉCULO XX E AS PRIMEIRAS ABORDAGENS TEÓRICAS

O Realismo Político, enquanto teoria formal das Relações Internacionais, surge no século XX como resposta ao idealismo que dominava a academia no pós Primeira Guerra Mundial, tendo este como objetivo construir a paz, indo buscar muita da sua base teórica a Kant, de modo a evitar uma nova Guerra à escala global, tendo culminado com a criação da Liga das Nações em 1920.

No entanto, com o recusa dos EUA em aderir à Liga das Nações, bem como o abandono prematuro do Japão e da Alemanha levam ao mais que premeditado falhanço, levando à “Reação Realista”.

Desta forma importa olhar para os autores que, em primeiro lugar iniciaram a construção da base do pensamento apoiados nas linhas gerais dos autores já analisadas neste trabalho, como Maquiavel ou Thomas Hobbes, bem como analisar o que foi a construção do Realismo Político nas Relações Internacionais, desta feita seguindo a linha de Hans Morgenthau e Kenneth Waltz.

Carl Schmitt – O Primeiro dos Realistas do Século XX

Torna-se para nós evidente que não poderemos excluir deste capítulo aquele que, da mesma forma que Maquiavel ou Thomas Hobbes, está inserido na categoria que podemos chamar de autores “malditos”. Carl Schmitt. O seu pensamento Realista choca com aqueles que idealizam a paz perpétua e que acreditam que o Homem está sempre aberto ao diálogo entre si. Da mesma forma que Tucídides, Maquiavel e Hobbes, Schmitt cria uma zona autónoma do político, zona esta isolada de preocupações éticas, eliminando qualquer restrição moral na condução política, e naturalmente também da guerra. Schmitt pensava sempre o Estado e as Relações Internacionais em conjunto, e é esse nexos que domina o seu pensamento político, tendo grande parte da sua reputação baseada na sua obra de 1932, *“The Concept of the Political”*, a mais importante destilação da sua teoria política.

Schmitt contrasta com outros autores do Século XX que tentavam relacionar teorias do Estado com questões de Ordem Internacional mas mostra claramente que o Sistema Internacional está presente no centro das suas preocupações – a problemática da política global – pois para Schmitt a política é um *pluriverso*, portanto, internacional.

Era contra aqueles que consideravam a unidade política e moral do mundo o auge da humanidade, considerando a unidade global perigosa e pessimista. Essa unidade seria fútil e levaria a humanidade a uma escalada contínua de conflitos, colocando a ênfase na primazia da decisão política e da imutabilidade da guerra como uma possibilidade humana, estando esta diretamente ligada à interpretação Realista das Relações Internacionais.

Sendo caracterizado como um (quase) Realista, Schmitt deverá ser entendido em conjunto com outros autores teorizadores do Poder Político e da *Raison d'Etat*. A sua posição de força contra a criação de um Estado Global, e preocupação em impor limites à intrusão do direito internacional dentro das fronteiras do Estado torna-o um recurso inestimável para o Realismo Político onde a inexistência de um Governo Global implicava quase de forma automática o conceito de Anarquia do Sistema e a necessidade da existência de uma balança de poder de forma a transmitir algum equilíbrio ao Sistema.

Desta forma, podemos entender que é a Anarquia a característica fundamental do sistema de Estados moderno, no entanto, Schmitt diz que Anarquia e Ordem não são características que se excluem mutuamente:

“... For most of its history, the anarchy of the state system has been productive of a form of quasi-legal order. Schmitt’s great fear is that the twentieth-century assault on the state system will result in precisely the form of violent chaos that ‘liberal’ critics erroneously attribute to the state....”

(HOOKER, 2009, pp. 22)

Para si o Sistema de Estados Europeus em perfeito funcionamento forma um ideal histórico e conceptual. Embora assuma que a formação do Sistema de

Estados Europeu, a sua expansão e o estilo de coexistência sejam um pouco obra do acaso, define uma noção do *Jus Publicum Europaen* como um sistema onde a escolha entre paz e guerra (ou a neutralidade) está nas mãos do soberano, com uma dinâmica política que não tem na sua base reivindicações universais, mas sim a escolha efetuada de acordo com os interesses próprios de cada Estado tendo em conta o contexto do momento. Quando considera a existência de novas estruturas globais ao mesmo tempo que defende a inexistência de um poder acima do Estado, Schmitt remete-nos claramente para o que Waltz anos mais tarde iria teorizar – o Neorealismo (ou Realismo Estrutural).

Gootfried (1999), vai buscar a Schmitt o apoio ao seu argumento de que o Poder é, e continua a ser o principal *Leit Motiv* da política, contra a tendência de o ofuscar e fazer dele um simples exercício de gestão, tendência essa agravada pela incorporação de falsos moralismos nas funções de governo. Desta forma vemos que o pensamento de Schmitt ainda hoje consegue suportar parte dos argumentos da luta constante do Realismo contra a corrente Liberalista.

A sua importância no âmbito das Relações Internacionais cresceu nos últimos anos e pode ser encontrada em varias linhas de pensamento, tendo as diferentes abordagens que partilham a teoria de Schmitt verificado a necessidade de um *pluriverso* político contra os avanços do liberalismo. Será este *pluriverso* o campo de ação do Político, um campo de relação “amigo / inimigo” pois para si o domínio do político é o reino do perigo e não o da segurança (GALLI, 2000). Para si, o *Leviatã* de Hobbes teria formado as bases da estrutura política europeia e levado à criação de uma entidade estatal que promovesse a ordem necessária, onde a fusão do *Leviatã* e a atitude de guerra assegura que a guerra fora das fronteiras do Estado o consolida no foro interno.

Considerando que Schmitt não admitia a existência de um soberano acima dos Estados no Sistema Internacional e que estes defendem sempre os seus próprios interesses, o Sistema Internacional vive num estado de inimizade permanente, sendo esta Anarquia do Sistema suportada num claro sistema de

Balança de Poder, balança essa “equilibrada” pelos interesses comuns dos Estados e pela crescente interdependência global.

Edward Carr – O Início da Conceptualização

Podemos considerar que a primeira grande obra que dá início à construção de uma verdadeira Teoria Realista das Relações Internacionais a obra de Edward Carr, *“Twenty Years of Crisis”* de 1939.

Carr lança as bases da Teoria Realista formal como uma reacção aos pressupostos idealistas que conduziram o mundo nos anos entre guerras com concepções puramente utópicas, ou como afirma Bedin (2004), tratou-se de uma contrarreacção em relação à reacção idealista após a Primeira Grande Guerra.

A posição Idealista entre guerras preconizava uma moral universal e harmonia de interesses, mas para Carr a moral apenas poderia ser relativa, nunca universal. A sua obra destinava-se a desmascarar o principal pressuposto da Política Internacional do Século XIX - A Harmonia de Interesses. Carr via a doutrina da Harmonia de Interesses onde seria dada a maior das felicidades ao maior número de pessoas¹ associada à mão invisível de Adam Smith (Laissez-faire) dirigindo esta os interesses egoístas no caminho do bem comum, logo, os Estados ao procurarem valer os seus interesses próprios também vão no caminho dos interesses da comunidade internacional, como por exemplo a procura da paz.

A sua ideia central é de que os interesses de uma parte (um Estado ou grupo de Estados) são o que determina o que consideram como os seus princípios morais, contrapondo desde logo a questão da universalidade destes princípios. As políticas não estão ligadas a normas universais desprendidas dos interesses próprios dos atores envolvidos, sendo que:

¹ Cálculo Felicífico. Algoritmo formulado pelo filósofo utilitarista Jeremy Bentham, destinado a calcular o grau de felicidade que uma acção específica pode causar. Para mais desenvolvimento sobre a matéria consultar *“An Introduction to the Principles of Morals and Legislation”*, 1789

“The characteristic feature of the crisis of the twenty years between 1919 and 1939 was the abrupt descent from the visionary hopes of the first decade to the grim despair of the second, from a utopia which took little account of reality to a reality from which every element of utopia was rigorously excluded.”

(CARR, 1939, pp. 224)

De acordo com Carr a prevalência dos pressupostos idealistas no período entre guerras conduziu a Sociedade Internacional a uma crise, sendo que estes ideais não foram fortes o suficiente para conter a vaga nacionalista que colocou Hitler no poder e que acarretou uma nova Guerra Mundial. O Liberalismo e os seus elementos utópicos e idealistas foram trocados pelo Realismo como teoria dominante das Relações Internacionais.

Carr afirma que não existem valores ou interesses universais e aqueles que se referem a estes últimos estão de facto a agir em nome dos seus próprios interesses, assumindo que o que será melhor para eles será melhor para todos. Para si, a harmonia de interesses não era uma verdade absoluta, mas sim uma ideologia que serviria de apoio ao capitalismo competitivo e aos interesses coloniais da Inglaterra Vitoriana:

“The doctrine of the harmony of interests thus serves as an ingenious moral device invoked, in perfect sincerity, by privileged groups in order to justify and maintain their dominant position.”

(CARR, 1939, pp. 80)

Os Tratados Internacionais, a primazia da Paz ou as obrigações inerentes à Liga das Nações não seriam princípios eternos mas refletiam sim os interesses das principais potências. O Comércio Livre seria do interesse dos economicamente mais fortes, o princípio da solidariedade e o internacionalismo a retórica dos Imperialistas e a paz através da Lei seria do interesse dos Estados que estariam satisfeitos com o estado das coisas, usualmente aqueles com menos poder de ação (SMITH, 2005, pp 51). Estes

princípios seriam a reflexão inconsciente da política nacional baseada numa interpretação particular do interesse nacional num determinado momento (CARR, 1939, pp 87). Carr Ilustra a natureza inconsciente dos princípios entre guerras, sendo estes o produto do poder, da economia e da psicologia coletiva, seguindo uma linha realista ao usar a história na ciência política sendo explícito acerca da importância da teoria fundamentada na história:

“The utopian, fixing his eyes on the future, thinks in terms of creative spontaneity: the realist, rooted in the past, in terms of causality.”

(CARR, 1939, pp. 11)

Vê o conceito de Nicolau Maquiavel de Verdade Real (*Verità Effetuale*) como uma das pedras basilares do método Realista, considerando Maquiavel um dos primeiros a olhar para a história como uma sequência de causa e efeito, onde o seu curso pode ser analisado e compreendido através do esforço intelectual (CARR, 1939, pp 63).

Efetua um contraste entre a harmonia de interesses idealista e o conflito de interesses, a realidade que é observada num ambiente onde a ordem é baseada no poder e não na moral, e vê esta como uma construção de um sistema apoiado no poder coercivo de alguns que detêm uma posição dominante.

A paz seria o equilíbrio de poder sendo que, ao considerarmos a conflitualidade natural dos Estados entre si, usariam todas as formas possíveis para atingir os fins a que se propõem, inclusive a força. Dentro de estes interesses surge à cabeça a sua sobrevivência. Não negando a busca de paz, para si a paz entendida será a ausência de guerra, ou seja, a paz negativa. O Estado, ao perceber que a participação em guerras de forma continuada, pode acabar por ditar o seu fim enquanto Estado, cria um equilíbrio de poderes entre as partes em conflito na procura de um estado de ausência de guerra.

Esta visão do Sistema Internacional é marcada pela vontade superior daqueles que detêm um maior grau de poder (coercivo) e mantêm a paz apenas para satisfazer os seus interesses e a sua segurança, porém, se for o caso, podem impor aos descontentes com o *Status Quo* vigente essa mesma paz. Por outro

lado, podem optar por fazer pequenas concessões aos insatisfeitos de modo a que o paradigma do Sistema Internacional se mostre a estes como uma tolerável Política de apaziguamento. Estas duas hipóteses podemos encontrá-las já expressas na obra de Maquiavel “*O Príncipe*”, no capítulo V, onde Maquiavel afirma que, para se governarem cidades ou principados que antes de serem ocupados viviam com as suas próprias leis existem três modos de os conservar sob domínio: “...o primeiro, arruiná-los...”, o que nos leva ao modo de imposição da vontade do mais forte pela força, e o “... terceiro, deixá-los viver com as suas leis, arrecadando um tributo e criando no seu interior um governo de poucos, que se conservem amigos,...”, uma clara alusão à política do apaziguamento.

Estamos naturalmente perante uma ligação estreita ao pensamento de Maquiavel e Hobbes, diferentes na forma mas similares nos objetivos, e é esta luta permanente pelo poder, para Carr, que torna impossível uma Sociedade Internacional.

Embora também considere a existência em todos os seres humanos de valores universais como a paz, a ordem e a justiça, considera que os idealistas falharam ao não perceber a realidade do Poder. Num mundo de pura luta pelo Poder, estes valores são relativizados em função dos interesses, e o Sistema Internacional não passa de um Sistema Anárquico, onde “*todos lutam contra todos*”, na ânsia de conseguir subir degraus na escada do Poder.

REALISMO CLÁSSICO

Hans Morgenthau e a Conceptualização Teórica

do Realismo Clássico

Os *Realistas* dos anos 30, aos quais Carr (entre outros) proporcionavam suporte teórico, opunham-se a um Sistema de Segurança Coletiva como era a falhada Liga das Nações. Contribuindo ativamente para o seu enfraquecimento, ao mesmo tempo expunham as falhas da certeza moral idealista. Contudo, foi só no final da década de 40 que o Realismo é desenvolvido numa Teoria compreensiva e sistemática das Relações Internacionais. Pela mão de Hans Morgenthau com a sua obra *Politics Among Nations, a Struggle for Power and Peace*, publicada em 1948, que foi durante anos a obra que mais influenciou as Relações Internacionais e é nela concebida uma Teoria Política em termos de poder e interesses:

“The truth of political science is the truth about power, its manifestations, its configurations, its limitations, its implications, its laws.”

(MORGENTHAU, 1962, pp. 37)

Simultaneamente reconhece a tensão ética e necessidade política, considerando a avaliação moral do poder como tarefa indispensável da teoria política. Tornou-se a principal influência do pensamento Realista e foi quem melhor expressou e sintetizou a abordagem Realista de modo a que esta ganhasse o domínio no campo de estudo das Relações Internacionais. A sua sistematização do Realismo Político nas Relações Internacionais tem como base seis princípios fundamentais.

No seu primeiro princípio afirma que o Realismo Político assenta em leis objetivas, com raízes na imutável natureza humana regida pelos interesses dos indivíduos e pela busca de Poder. O segundo, em que o interesse é definido em termos de poder, ligado diretamente ao terceiro, o pressuposto de que os líderes políticos agem segundo os interesses definidos como poder criando dessa forma uma visão racional e objetiva da política. Em quarto, Morgenthau

olha para a relação entre Realismo e Ética, pois estando os Realistas despertados para o significado da moral na ação política, estão também atentos à tensão latente entre a moral e a ação política efetiva. Deverá ser a prudência e não a moral a guiar a ação política, sendo esta ideia expressa no quinto, onde foca a ideia de que os atores principais do Sistema Internacional, os Estados, devem ser vistos como entidades políticas que agem na defesa dos seus interesses, sendo estes definidos em termos de poder.

O conceito base que define a política é o Poder, ou o interesse definido em termos de poder, definindo Morgenthau, no seu sexto princípio, de que a política é uma esfera autónoma, sem subordinação à ética. No entanto, a ética (e a moral) ainda consegue ter um papel a desempenhar, pois o *político* nunca poderá agir sem algum tipo de restrições morais. Em contrapartida, não deve subjugar a sua ação política à moral, pois ficaria desprovido da prudência.

A mensagem que podemos retirar é a de que toda a abordagem Realista é uma simplificação do mundo, entendida como uma “restrição” da área de estudo de modo a ser possível um foco nas suas questões chave ao invés de uma explicação exaustiva dos assuntos da Política Internacional. A Política deve ser diferenciada da Lei, da Moralidade e mesmo da Economia, e deve ser percebido o seu estudo como estando focado no conceito básico da interação política – o Poder.

As contribuições de Morgenthau para o Realismo devem ser vistas dentro de três ideias chave – a natureza humana, poder e interesse – e um tema geral, o Equilíbrio de Poder. A ideia de que a natureza humana tem um impacto profundo na forma como é conduzida a política internacional é interessante, pois, para os Realistas, o Homem é egoísta, centrado sempre nos seus interesses, o que resulta numa tendência forte para o conflito. Desta forma a caracterização *Hobbesiana* da natureza humana é uma das bases da tradição realista.

Sendo para Morgenthau a natureza humana a pedra basilar das Relações Internacionais, porque devem as Relações Internacionais ser egoístas e agressivas? Uma possível explicação poderá ser encontrada nos textos bíblicos, onde o Homem esteve dotado com o pecado capital e a tentação

desde que Adão e Eva foram expulsos do paraíso. Ainda mais, o primeiro homicídio na história terá sido o de Cain que matou o seu próprio irmão, Abel, por pura inveja. Deste modo fica demonstrado que o Homem sempre soube que era mau, sendo este o ponto inicial da análise Realista. Requer perceber que a natureza humana é fixa e que é ela e não o nosso contexto social e político que determina o modo de agir. No entanto, um Homem sem restrições morais é um animal. Um Estado de Natureza puro e sem racionalidade. Em contraponto um Homem que só se rege pela moral pode também ficar desprovido da racionalidade, racionalidade essa que deve sempre pautar a ação política.

É o interesse definido em termos de poder um dos argumentos principais do Realismo Clássico, e sendo o ser humano egoísta importa perceber como perseguem os seus interesses, focando a forma como o Homem adquire poder para satisfazer os seus interesses. Recordando o terceiro princípio de Morgenthau, argumenta que tanto o conceito de interesse como o conceito de poder são ideias abstratas. Não existe uma compreensão universal dos desejos do Homem, como não existe também uma compreensão universal para descrever as formas de obter o objeto do interesse. O interesse e as formas de o obter divergem no tempo e no espaço. No entanto o Homem irá sempre tentar alcançar o que pretende (os seus interesses) e irá usar de todas as formas ao seu alcance (poder) para tal. É a partir da suposição anterior que podemos definir interesse em termos de poder.

Um Estado mais poderoso terá interesses consistentes com o poder que detém, sendo importante, segundo Morgenthau, perceber os elementos de poder que o próprio enumera, sendo a geografia, recursos naturais, capacidade industrial, preparação militar, população, carácter e moral nacional e a qualidade da diplomacia e governo (MORGENTHAU, 1954, Parte III, Capítulo VII, pp. 80-108).

Deste modo, exemplos como a Alemanha Nazi, a Itália de Mussolini ou mesmo o Japão Imperial perseguiram políticas externas baseadas na força e direcionadas ao conflito, nunca à cooperação. Os conflitos bélicos tomados

pela Alemanha Nazi com vista à criação do *Lebensraum*² para proporcionar a existência de uma maior e mais forte Alemanha era o corpo central do Programa Político de Hitler.

Sendo as Relações Internacionais uma luta constante pelo Poder, e sendo o Sistema Internacional Anárquico, as décadas de 30 e 40 do século passado vieram como que confirmar esta posição Realista. A procura por mais Poder caracterizou a Política Externa Alemã neste período, bem como a Italiana e Japonesa. A mesma luta travaram, em resposta a estes últimos, os Aliados durante a Segunda Guerra Mundial. O Reino Unido, a França e os EUA seriam os que detinham o Poder (os “*have*”, segundo o termo de Carr), e queriam não perder o que já tinham no Sistema Internacional. Poder e Influência. A Alemanha, a Itália e o Japão, eram os “*have-nots*” (novamente usando os termos de Carr). Desse modo, seria apenas natural que, segundo o pensamento Realista, os “*have-nots*” tentassem reequilibrar a balança de Poder do Sistema internacional através do uso da força.

Morgenthau reforça a sua posição ao introduzir a racionalidade na acção política, um processo de simples cálculo de custo/benefício, tendo em conta o custo de oportunidade de outras opções disponíveis, e assim ser possível calcular a utilidade relativa da acção política, cujo objetivo único é maximizar o Poder. Para ele, a constante procura de poder e a racionalidade implícita nessa busca é o que a define como norma. Porém, apesar do pessimismo que advém do reconhecimento de que a acção dos Estados é apenas limitada pelo poder relativo que detêm, afirma que uma compreensão realista dos factos da

² *Lebensraum*, ou Espaço Vital, foi uma política seguida pelos Nazis na Segunda Guerra Mundial para conquistar território europeu para uso Germânico. A primeira menção a este conceito surge em 1901 pelo geógrafo Friedrich Ratzel, que olhou para como as plantas, os animais e o Homem se adaptam e competem pelo Espaço Vital. Em 1901, Ratzel usou o termo e definiu o mesmo como a área geográfica exata necessária para suportar uma espécie, a sua dimensão populacional bem como o seu modo de vida. A partir de 1914, os políticos Germânicos e os seus estrategas militares delineavam planos para criar o seu *Lebensraum* para a Alemanha, sendo o seu objetivo criar uma Europa dominada pela Alemanha. Já na década de 20 do Século passado, Adolph Hitler já escrevia sobre o assunto mas trocando o significado do termo. No *Mein Kampf* escreveu que o *Lebensraum* não era simplesmente sobre ganhar território mas também sobre exterminar raças inferiores e garantir o crescimento da Alemanha como raça superior.

Para mais informação consultar SMITH, Woodruff D., 1980, Friedrich Ratzel and the Origins of *Lebensraum*, *German Studies Review*, Vol. 3, No. 1, pp. 51-68

política internacional teve e terá importância para a estabilidade do Sistema Internacional, vendo o equilíbrio de poder baseado num consenso intelectual e moral entre os Estados como a ferramenta de sustentação da estabilidade.

“The confidence in the stability of the modern state system that emanates from all these declarations and action derives,..., not from the balance of power, but from a number of elements, intellectual and moral in nature, upon which both the balance of power and stability of the modern state system repose... What, for instance, Gibbon has pointed to with particular eloquence and insight as the fuel which keeps the motor of the balance of power moving are the intellectual and moral foundations of Western civilizations, the intellectual and moral climate within the protagonists of eighteenth-century society moved and which permeated all their thoughts and actions”

(MORGENTHAU, 1954, Parte IV, Capítulo XII, pp. 162-166)

Raymond Aron (1966) afirma que os Estados, apesar do seu regime, têm o mesmo sentido na política externa. Napoleão, Estaline e Hitler não procuravam mais nada senão o Poder? Sem sim, então os pressupostos de Morgenthau estão corretos e incontestáveis.

Em suma, podemos afirmar que no centro do pensamento de Morgenthau está a definição de Política de Poder (*Power Politics*), uma relação entre quem exerce o Poder e entre quem a ele está subjugado, podendo este ser exercido por simples influência ou por recurso ao uso da força, podendo existir uma relação entre “*O Poder que se usa e o Poder que não se usa*” (Maltez, 2002).

Apesar de muitos autores considerarem a obra de Morgenthau de sofrer patologicamente de ambiguidades e fraquezas, esta tornou-se a pedra basilar da Política Internacional a partir da década de 50 do século passado. É nesta obra que conceitos como o Interesse Nacional, o Poder, a balança de poderes e a gestão do Poder num ambiente internacional anárquico se desenvolvem

teoricamente de forma a constituir-se como uma verdadeira Teoria Realista das Relações Internacionais.

NEOREALISMO

Durante grande parte do século XX o Realismo Clássico afirmou-se como a corrente de pensamento dominante nas Relações Internacionais. Porém, nos anos 70, eventos como a forte oposição à guerra do Vietname ou mesmo o arrefecimento da importância da corrida nuclear, levaram a que os conceitos clássicos do Realismo Clássico fossem colocados em causa.

Em paralelo a estes eventos, o comércio internacional desenvolve-se a um ritmo cada vez mais rápido, as empresas multinacionais começam a proliferar e a hegemonia Norte Americana mostra sinais de algum enfraquecimento, o que leva inclusive o Presidente Norte-Americano Nixon, bem como o seu Secretário de Estado Henry Kissinger, a admitir publicamente um Sistema Internacional suportado em cinco potências, ou seja, um Sistema Internacional Multipolar (Kahn & Bruce-Briggs, 1972). Esta situação leva Morgenthau (1974, pp. 56) a observar um divórcio cada vez mais visível do poder económico e militar em relação ao controlo das matérias-primas.

Os argumentos do Realismo Clássico foram dessa forma desafiados não só pelos eventos em curso, mas também pelos debates internos e externos (teorias alternativas).

O caminho em direção a uma abordagem mais científica surge no final da década de 70, sendo o Realismo Clássico particularmente criticado por, segundo os seus retratores, não possuir suficiente rigor científico, o que, com o surgimento de teorias alternativas fica patente o declínio da sua evolução, ocorrida a partir dos anos 50.

Kenneth Waltz – O Realismo Estrutural ou A “Ordem” Anárquica

A resposta ao avanço dos Liberais um pouco por toda a Europa e América do Norte surge de forma mais acentuada pela mão de Kenneth Waltz na sua obra *“Theory of International Politics”*, publicada em 1979. Waltz responde aos Liberais com uma reformulação do Realismo nas Relações Internacionais, numa tentativa de corrigir os defeitos que encontrou no Realismo Clássico conceptualizado por Morgenthau, dotando-o de uma abordagem mais científica, com uma definição mais clara e consistente dos seus conceitos centrais (Dougherty e Pfaltzgraff, 2011), dando-lhe um corpo estruturalista. O poder continua no centro, no entanto passa a ser considerado menos como um fim em si mesmo, mas como uma parte indissociável nos relacionamentos políticos.

Esta Teoria de Política Internacional desenvolvida por Waltz não se envolve de forma sistemática com as anteriores articulações do Realismo, criticando Morgenthau e Kissinger por não reconhecerem a importância da sua própria distinção entre causas sistémicas e causas ao nível da unidade. Em particular, Waltz cita um artigo do New York Times de 1974, *The New Diplomacy of Movement*, no qual Morgenthau afirma que uma paz estável, baseada num equilíbrio estável de poder, é baseado numa estrutura moral comum que expressa o compromisso de todas as nações envolvidas em certas questões básicas, como princípios morais. Nas suas palavras:

“Rather it reflects the recognition that a stable peace, founded upon a stable balance of power, is predicated upon a common moral framework that expresses the commitment of all the nations concerned to certain basic moral principles, of which the preservation of that balance of power is one”

(Waltz, 1979, pp. 62).

Segundo Waltz, isto exemplifica a tendência de Morgenthau de tratar os resultados políticos internacionais como sendo estes determinados por como

são os estados. O foco exclusivo nos objetivos, políticas e ações dos estados, argumenta Waltz, obriga-nos a voltar ao nível descritivo, e a partir de descrições simples, nenhuma generalização válida pode ser logicamente desenhada (WALTZ, 1979, p65). As preocupações normativas que são centrais no realismo parecem, portanto, contrárias ao desejo de Waltz de gerar uma teoria sistêmica da política internacional.

Este ponto de vista é reforçado pela distinção retrospectiva de Waltz entre Teoria Neorrealista e Pensamento Realista. Ao aceitar que Morgenthau e outros lidaram persuasivamente com grandes problemas e questões de importância duradoura, Waltz (1990) argumenta que falharam em abordar o caráter do sistema político internacional de forma distinta das suas unidades. As ambições teóricas de Morgenthau foram impedidas pela sua crença de que o domínio político internacional não poderia ser excluído dos outros com o objetivo de construir uma teoria. Na falta de uma concepção do sistema como um todo, os realistas tiveram que se concentrar nos propulsores da política externa, em vez de desenvolver uma teoria abrangente da política internacional, afirmando Waltz que isso refletia as más interpretações teóricas de Morgenthau.

Enquanto a apreciação de Morgenthau do papel do acidental e da ocorrência de eventos inesperados enfraquecem as suas aspirações teóricas, Waltz insiste que:

“Theory can be written only by leaving out most matters that are of practical interest. To believe that listing the omissions of a theory constitutes a valid criticism is to misconstrue the theoretical enterprise ... a theory is not a statement about everything that is important in international-political life, but rather a necessarily slender explanatory construct. Adding elements of practical importance would carry us back from a neorealist theory to a realist approach.”

(WALTZ, 2008, pp. 75)

Desta forma ficaria no ar a questão de como podem ser considerados os tipos de fatores que uma teoria necessariamente ignora. A resposta de Waltz repousa sobre uma distinção entre teoria e análise:

“Neither realists nor anyone else believe that unit-level factors can be excluded from foreign-policy analysis. The question is not what should be excluded from one's account of foreign policy, but what can be included in a theory of international politics. Much is included in an analysis; little is included in a theory”

(WALTZ, 1996, pp. 56)

Waltz reconhece desta forma que ao passar da Teoria Política Internacional para a aplicação da Política Externa seria necessário considerar assuntos como avaliações de ameaças dos estadistas. Contudo insiste que os estadistas não se tornam parte da teoria, isto porque:

“Theory is not a mere collection of variables. If a "gap" is found in a theory, it cannot be plugged by adding a "variable" to it. To add to a theory something that one believes has been omitted requires showing how it can take its place as one element of a coherent and effective theory.”

(WALTZ, 2008, pp. 89)

O argumento de Waltz é de que uma análise pode incluir precisamente os fatores que são necessariamente deixados de fora de uma teoria, mas que ele próprio estaria mais preocupado com a teoria do que com a análise.

Enquanto Morgenthau baseia a sua teoria na luta permanente pelo poder, relacionando esta diretamente com a natureza humana, Waltz, ao mesmo tempo que apresenta a Política Internacional como um reino de necessidade e política de poder, procura de alguma forma evitar esta relação, criando antes uma relação entre a Política Internacional e a Microeconomia. Diz que os Estados no Sistema Internacional funcionam como empresas numa economia doméstica e que partilham um só objetivo. A sua sobrevivência (Korab-

Karpowicz, 2018). Ao contrário de Morgenthau, afirma que a natureza da Política Internacional deve ser deduzida exclusivamente a partir das propriedades estruturais do ambiente anárquico onde os Estados coexistem.

A facticidade social da estrutura Política Internacional do comportamento dos Estados e dos resultados decorrentes da interação dos Estados no seio dessa estrutura requer o que chama Waltz de abordagem sistémica, abordagem esta oposta à analítica reducionista (i.e. examinar os atributos e interações de duas variáveis mantendo as outras constantes). Como Waltz ressalva:

“One must choose an approach that is appropriate to the subject matter. The rules by which one’s inquiry proceeds vary from one approach to another.”

(WALTZ, 1979, pp. 13)

Desenhando um modelo estrutural das Relações Internacionais que introduz um método capaz de perceber a realidade complexa, Waltz foca-se nos processos que surgem no ambiente internacional, omitindo de certa forma aqueles que estão no escopo do âmbito interno dos Estados (Waltz, 1979, pp 71). Desta forma pretende isolar e perceber a realidade que de outra forma seria impossível, estabelecendo assim uma análise macropolítica das Relações Internacionais, sendo que seria a estrutura do Sistema Internacional e não o carácter das suas unidades que determina a natureza da Política Internacional. Por outras palavras, se a natureza humana fosse generosa e bondosa, seríamos sempre compelidos a agir de forma egoísta pois é esta a natureza da Política Internacional.

Em Waltz (1979) estão identificadas três camadas estruturais sistémicas. A Camada mais baixa está relacionada com o princípio ordenador do sistema. Tanto na questão da hierarquia num sistema político interno como num Sistema Internacional anárquico. A camada média diz respeito à questão da diferenciação funcional das unidades, sendo que estas ou se especializam em funcionalidades entre si, ou cada unidade, individualmente, procuram desenvolver todas as funções para seu uso. A Anarquia como princípio ordenador implica um comportamento de autoajuda entre as unidades. Como

nenhuma unidade do Sistema Internacional pode contar com as outras para assegurar o seu bem-estar e a sua sobrevivência, em princípio terá de desenvolver todas as funções necessárias internamente, não surgindo dessa forma diferenças nas funções adquiridas. No entanto, mesmo que todas as unidades sejam similares entre si, não são iguais no que toca ao poder adquirido, ou seja, as suas capacidades. A camada mais elevada diz respeito à distribuição das capacidades entre as unidades do sistema, isto é, se o Sistema Internacional se apresentar num dado momento como Unipolar, Bipolar ou mesmo Multipolar. Se um Sistema se qualificar como um Sistema Internacional na conceção de Waltz (1979), a única variação estrutural refere-se a esta última camada de análise, ou seja, o número de polos. A Anarquia e a ausência de diferenciação funcional nas duas camadas inferiores são por Waltz consideradas como parâmetros e não como variáveis.

Como vimos atrás, Waltz faz uma relação entre as Relações Internacionais e a Microeconomia, e esta relação é fruto da sua inspiração em Adam Smith, sendo que defendia que a compreensão da analogia é permitida quando domínios diferentes têm uma estrutura similar (Waltz, 1979, pp. 89). Conceitos como estrutura internacional, Anarquia e autoajuda foram retirados diretamente da microeconomia e de como Adam Smith via o *homo economicus*: um maximizador racional do lucro.

Em Analogia à teoria económica, Waltz indica o que sucede ao comportamento e resultado no Sistema com a mudança na sua estrutura (unipolar, bipolar ou multipolar), como uma estrutura de mercado que altera de um monopólio para um oligopólio, por exemplo. Mas como pré-requisito para esta análise argumenta que o equilíbrio e a sua procura é uma característica comportamental universal das unidades do Sistema Internacional durante o estado de Anarquia, pois desse modo é possível a sua sobrevivência e prosperidade. O equilíbrio do Sistema significa então que sejam formadas alianças ou acordos entre as unidades (ou outros esforços) para criar uma estrutura onde os Estados mais poderosos se encontrem numa situação similar no que toca às suas capacidades.

A formação de equilíbrios de poder é tipicamente a consequência não intencional do comportamento das unidades de acordo com as suas motivações. Do ponto de vista do resultado sistémico, será sempre preferível que existam poucos polos centrais de poder (relativa multipolaridade), e também que dois polos (bipolaridade) será sempre uma situação preferível à multipolaridade. Para tal afirmação existem várias razões que a podem sustentar. Por exemplo, quanto menos polos de poder existirem menos será o risco de erros de cálculo que levam à guerra. O equilíbrio interno, como por exemplo a forma de cada superpotência regular a sua própria força através da variável de rearmamento, é mais fácil de controlar dentro de um Sistema Internacional que apresenta menos polos de poder, do que controlar esse mesmo Sistema se existir uma Multipolaridade crescente no número de polos de poder efetivo. Por outro lado, a Interdependência Sistémica que é passível de provocar conflitos é especialmente baixa num estado de bipolaridade, sendo que nesta situação os dois polos serão, por princípio, (quase) autossuficientes. Cada uma das unidades terá um papel de poder e importância no Sistema, e desse modo desenvolverão formas de coordenar as soluções para os problemas globais.

Como vimos atrás, o sujeito em análise muda do indivíduo para o Estado, tornando-se este último a unidade básica de análise, que procura fazer valer os seus interesses e sendo a sua sobrevivência o seu objetivo primordial. Neste caminho só podem confiar (quase) em si mesmos, o que nos remete para o conceito de autoajuda (Waltz, 1979, pp. 82-92). Como demonstramos nos últimos parágrafos, a Anarquia do Sistema Internacional funcionando como um princípio de ordenação é outra variável que garante uma estrutura coerente (Waltz, 1979, pp. 93), porém, e como já referimos algumas vezes, Anarquia no sentido de inexistência de um poder central que coordene as Relações Internacionais, assim como acontece também na economia mundial (Waltz, 1979, pp. 89).

Embora Waltz se foque nos Estados como unidades básicas do Sistema Internacional, não omite os atores não estatais, no entanto percebe-os como instrumentos que os Estados usam para defender os seus interesses.

O Neorrealismo, ou Realismo Estrutural desenvolvido por Waltz, procura explicar as Relações Internacionais com base nas pressões estruturais induzidas pela Anarquia do Sistema Internacional, procurando recuperar do Realismo Clássico os elementos teóricos adequados, de modo a estabelecer pontes com outras correntes teóricas, sendo muito influenciado pelos modelos sistêmicos da Escola de Munique, que tem na base a chamada análise de constelação, onde a pesquisa é assente numa grande variedade de fatores, com Kindermann como sua figura central.

Este tipo de análise tende a abandonar a análise unidimensional do Realismo clássico, como por exemplo o conceito do “interesse definido em termos de poder” de Morgenthau, e passar a abarcar vários tipos de análise que poderão ir dos fatores domésticos sobre a política externa até às implicações da estrutura do Sistema Internacional em relação aos padrões de relações entre os Estados (Dougherty e Pfaltzgraff, 2011).

Este tipo de análise congrega seis categorias de investigação e análise: 1) Sistema e decisão; 2) Perceção e realidade; 3) Interesse e Poder; 4) Norma e vantagem; 5) Estruturas e Interdependências; 6) Cooperação e Conflito; Desta forma tenta explorar a conduta dos atores individuais no Sistema Internacional.

Embora a Escola de Munique tenha o conceito de poder como inalienável, o conceito chave da teorização desta escola é a Política, doméstica ou internacional. Tem como pressuposto a existência de um Sistema Internacional composto por atores dinâmicos, usando como referência para o seu estudo conceitos do Realismo Clássico ou variáveis derivadas de análises interculturais.

Sendo o elemento central do Neorrealismo a estrutura do Sistema Internacional e os relacionamentos entre os atores, Waltz defende uma visão com base em relações padronizadas entre os Estados num ambiente anárquico, sendo o termo estrutura a forma como as partes se organizam. No Sistema Internacional, ao invés do interno que é hierarquizado, esta forma assume uma horizontalidade entre as partes pois partem todos com igualdade

formal, e o que caracteriza esta estrutura anárquica é a similaridade de funções entre as unidades do sistema, os Estados.

Por último, Waltz atribui às unidades capacidades de ação, variando estas em relação à semelhança dos atores envolvidos ou dos meios à sua disposição, ou que serão capazes de desenvolver (Dougherty e Pfaltzgraff, 2011). Waltz vai ao Realismo Clássico buscar a ideia de que os Estados, no mínimo, agem de modo a garantir a sua sobrevivência, e que no máximo procuram alcançar a hegemonia de poder, que leva o autor, em linha com a longa tradição realista, a verificar a necessidade da existência de uma balança de poderes.

A estrutura do Sistema Internacional de Waltz, segundo Buzan (1984), assenta no facto de as unidades, combinadas e colocadas de forma diferente, assumem comportamentos diferentes, obtendo resultados diferentes. Neste contexto, as unidades têm de desenvolver mecanismos que lhes possibilitem garantir a sobrevivência e a segurança. Um sistema de autoajuda que faz da estrutura do Sistema Internacional a variável que condiciona e potencia toda a ação política.

Já vimos que Waltz assume que os Estados são atores unitários racionais que diferem apenas nas suas capacidades, procurando sobreviver no anárquico Sistema Internacional. Desse modo, a balança de poder torna-se uma necessidade imperativa, pois os Estados apenas podem garantir a sua sobrevivência garantindo que os seus rivais não se tornam poderosos demais (Pashakhanlou, 2018).

Partindo do Neorrealismo do princípio base de que o objeto de estudo mais importante será a estrutura do Sistema Internacional, ao invés do Realismo Clássico que atribuía igual importância às características dos Estados e da natureza humana, o Neorrealismo proporciona dois argumentos normativos e um teórico. O primeiro normativo é o de que precisamos de uma teoria para perceber a Política Internacional, sendo que o segundo é o de que a sua teoria explica a Política Internacional desde 1648, ou seja, desde Westfalia e o “nascimento” do conceito de Estado-Nação.

Já o argumento teórico diz que é a distribuição de poder (balança de poder) num ambiente internacional anárquico que define a paz e/ou a guerra, sendo a distribuição de poder descrita numa de três formas. A primeira forma seria a Unipolar, onde um Estado teria a capacidade (poder) para derrotar todos os outros. A segunda seria a bipolar, onde o poder estaria dividido entre dois Estados com capacidades similares. A terceira forma seria a Multipolar, onde o poder estaria dividido entre três ou mais Estados.

Desta forma é a estrutura do sistema e a balança de poder existente que origina os resultados, e não as características dos Estados, sendo o conceito de Balança de Poder a variável dinâmica do algo estático modelo teórico de Waltz, pois segundo ele, é o número de grandes potências, e as suas capacidades, que compõem essa balança ou os polos do Sistema Internacional que molda o seu carácter.

As diferenciações são entre um Sistema Bipolar onde o equilíbrio é mantido por duas grandes potências, e num Sistema Multipolar, onde a Anarquia advém da existência de três ou mais potências. Na sua visão, um Sistema Internacional Bipolar é mais estável que um Sistema Multipolar, pois as incertezas da origem das ameaças, de quem se opõe a quem, ou de quem ganha ou perde com as ações de outros Estados aumentam exponencialmente com o aumento do número de Estados que atingem um estágio de capacidades de grandes potências.

Da mesma forma quanto mais o sistema se aproxima da Unipolaridade mais aumentam as hipóteses de paz, o que nos remete para a visão do Leviatã de Thomas Hobbes, um soberano totalitário e superior a todos os outros.

Poderíamos então perguntar porque duas ou mais potências não cooperam para se tornar num leviatã? Primeiro, cooperação num Sistema Internacional anárquico para atingir este objetivo seria (quase) impossível, e segundo, os Estados a viver neste ambiente estão sempre desconfiados uns dos outros, o que nos leva novamente para Hobbes e o seu Estado de Guerra. As dificuldades de cooperação surgiriam pelo receio (medo) de que os benefícios da cooperação poderiam ser distribuídos de forma desigual entre os cooperantes, o que com o tempo poderia levar a que um Estado obtivesse um

nível de poder relativo capaz de lhe proporcionar a capacidade de coagir os seus parceiros.

Algumas críticas ao Neorrealismo, A Anarquia do Sistema Internacional – Conceito e Definição

Desde o início do aparecimento de autores conotados com o Realismo Político, como Maquiavel e até aos nossos dias com o Neorrealismo de Kenneth Waltz que a característica que está sempre presente e imutável em toda esta evolução de pensamento é a de que o Estado é a principal variável e o principal ator. Uma outra característica que também surge como central é a de que o Sistema Internacional é Anárquico e de que o que realmente interessa é o Poder, ou como nas palavras de Waltz, as capacidades (Waltz, 1979, pp. 98).

A Teoria desenvolvida por Kenneth Waltz é de extrema utilidade para a análise sistémica das Relações Internacionais e o ponto de partida das principais críticas à sua Teoria surgem como resposta a esta formulação de análise.

A grande maioria aponta ao Neorrealismo, entre outras falhas, a incapacidade de diferenciação funcional entre atores estatais e os atores não estatais, como as organizações internacionais criadas no pós Segunda Guerra Mundial.

Uma das críticas mais fortes externas ao Neorrealismo surge pela mão de John Gerard Ruggie e contempla duas dimensões. Em primeiro lugar critica Waltz por ignorar as diferenças funcionais dos Estados e as suas capacidades (Ruggie, 1983, pp. 135). Segundo o autor, na análise que Waltz faz acerca do nível de concentração das capacidades dentro do sistema, a terceira componente da teoria de Waltz, é difusa. A segunda dimensão recai sobre a Densidade Dinâmica de Durkheim³. Embora Waltz refira que tem este factor em conta, Ruggie sugere uma contradição na análise. Segundo o autor:

³ Densidade dinâmica refere-se à combinação de dois elementos: densidade populacional e a quantidade de interação social dentro dessa população. Émile Durkheim usou o termo para explicar por que as sociedades passam de formas simples para formas mais complexas, especificamente em termos da divisão do trabalho dentro dessa sociedade. Sugere que isso exigia um aumento da população e um aumento na frequência da interação social para formar ocupações mais especializadas, o que então conduz a um novo tipo de sociedade. As pessoas neste novo tipo de sociedade são menos independentes e mais dependentes umas das outras e, portanto, desenvolvem o que ele chamou de solidariedade orgânica, onde as pessoas não estão mais presas à mesma moralidade e senso de propósito.

“Waltz banishes such factors to the level of process, shaped by structure, but not in turn affecting structure in any manner depicted by his model. As a result, Waltz theory of society contains only a reproductive logic, but not transformative logic”

(RUGGIE, 1983, pp. 148)

Como Ruggie sugere, os problemas do Sistema Internacional podem ser globais, no entanto as suas soluções podem ser encontradas ao nível nacional, algo com que Keohane também concorda. Este autor critica Waltz no sentido de da definição dos interesses do Estado. Keohane considera que o Neorrealismo nada diz sobre a previsão dos interesses do Estado e neste sentido, ao não ser capaz de efetuar esta previsão não poderá apoiar qualquer tipo de conclusões deterministas (KEOHANE, 1983, pp. 183)

Uma outra distorção teórica identificada diz respeito à definição de Poder e à dificuldade da sua mensurabilidade. Na perspetiva de Keohane não deverá existir uma só definição do conceito de Poder e recomenda que a definição deve ser dinâmica e evolutiva tendo em conta o problema a tratar (KEOHANE, 1983, pp. 191), isto porque num mundo globalizado como o que temos, o poder militar não significa muito sem outras variáveis como a dimensão económica ou mesmo a social.

Nas críticas externas ao Neorrealismo surge por Robert Cox, que critica Waltz por ter desenvolvida uma teoria direcionada apenas à solução dos problemas (COX, 1983, pp. 208). Esta crítica surge no sentido de o autor considerar que o Neorrealismo desenvolvido por Waltz recomendar um modelo centrado nos Estados Unidos da América abstraindo-se da realidade do período da Guerra Fria. Cox refere que Waltz apenas examina um período limitado na história mostrando este como uma verdade universal. Para Cox, a teoria de Waltz tenta ser uma teoria geral mas sem ter em linha de conta o local (espaço), a época e certas condições especiais inerentes a cada situação específica. Como resultado a teoria de Waltz, para Cox, torna-se reducionista, uma situação para a qual o próprio Waltz seria contra.

Já Richard Ashley culpa a formulação teórica de Waltz de possuir uma centralidade totalmente ocidental e que a balança de poder apresentada não vai além de uma relação mecânica definida pelas potências militares e económicas independentes das perceções, conhecimento e objetivos dos atores envolvidos, sendo esta a razão para Ashley considerar que as dimensões históricas e sociais estão subdesenvolvidas. Desta forma considera a teoria de Waltz mais Estadista que estruturalista (ASHLEY, 1983, pp. 268-273).

Pese embora todas as críticas externas ao Neorrealismo, a grande maioria considera que o Neorrealismo foi um bom ponto de partida para novas teorias como o Institucionalismo Liberal ou o Construtivismo, tendo estes críticos aberto o caminho para teorias conceptuais com dimensões sociais, individuais e estatais.

Mas nem só de fora do Neorrealismo surgem as críticas a Waltz. Dentro do paradigma Neorrealista existem autores que “atacam” o Neorrealismo defensivo de Waltz, sendo um dos mais fortes opositores John Mearsheimer.

Mearsheimer parte da mesma base teórica de Waltz, e claro do pensamento Realista – Anarquia do Sistema Internacional, capacidades instaladas das potências, existência de conflitos latentes no Sistema internacional, a sobrevivência do Estado como principal objetivo e o Estado como principal ator do Sistema Internacional (Mearsheimer, 2001, pp. 30-31). Argumenta Mearsheimer que a melhor forma que os Estados têm para garantir a sua sobrevivência é através da maximização do Poder e procurar a hegemonia. Esta busca pela hegemonia leva a uma competição constante em torno da segurança estatal com potencial para a beligerância, ou seja, o desenvolver permanente das suas capacidades militares instaladas. A “Tragédia da Política das grandes Potências”. Os Estados são impelidos ao conflito para garantir a sua segurança.

Tendo na sua base teórica pressupostos em tudo similares aos de Waltz, Mearsheimer atinge diferentes conclusões. Waltz tem no ponto central o Equilíbrio de Poder (Balança de Poder), onde os Estados mais fracos unem esforços entre si de modo a criar uma sensação de equilíbrio de no Sistema Internacional (Waltz, 1979, pp. 117), o que leva a uma quase inexistência de

uma potência totalmente hegemónica. Waltz diz ainda que os Estados não são maximizadores de Poder mas sim de Segurança, sendo que os Estados, neste sentido, não procurariam mais Poder se tivessem os seus objetivos de segurança atingidos (Waltz, 1979, pp. 40).

Mearsheimer vai contra esta conclusão e diz que os Estados só podem garantir a sua segurança através dessa maximização de Poder que Waltz contradiz (Mearsheimer, 2001, p2). Esta rejeição do equilíbrio de Poder deve-se sobretudo aos problemas emergentes relativos à ação coletiva dos envolvidos.

Como os Estados não querem os custos (as externalidades) inerentes ao ato de desafiar outros Estados, estes resistem até que a sua própria segurança esteja em causa (Mearsheimer, 2001, pp. 39-40). Por exemplo, a relutância dos Estados Unidos da América em se envolverem na Segunda Grande Guerra até ao ataque a Pearl Harbor. A ameaça do eixo nesse ponto da história já tinha atingido capacidade de se tornar uma ameaça real para os Estados Unidos. Neste sentido o comportamento racional numa base individual pode levar a um resultado coletivamente ineficaz (OLSON, 1965, pp. 1-2). A tragédia a que se refere Mearsheimer pode ser chamada somente de resultado negativo. Mearsheimer conclui que os Estados agressivos não podem ser tão facilmente restringidos como diz Waltz. Argumenta Mearsheimer que, dado às ameaças que os outros Estados representam, a melhor maneira de garantir a sua segurança é através da procura de atingir a hegemonia (Mearsheimer, 2001, pp. 61). É esta maximização de Poder o garante de sobrevivência. O crescimento permanente das capacidades instaladas, especialmente as militares e as capacidades de as utilizar.

Desta forma Mearsheimer parte da mesma base teórica que Waltz mas numa direção oposta. Enquanto Waltz afirma que a posse de armas (capacidades) será suficiente para dissuadir as ameaças externas, Mearsheimer diz que, como Waltz, a posse de capacidade militar pode ser um efeito dissuasor, contudo será a capacidade de as usar de forma efetiva que mostra o verdadeiro Poder do Estado no Sistema Internacional.

O Realismo Político coloca, e sempre colocou, ênfase na Anarquia. A ideia base da tradição Realista das Relações Internacionais é de que o Sistema

Internacional é Anárquico. Tendo a Anarquia um papel central na disciplina das Relações Internacionais, no entanto não foram muitos que investigaram de forma crítica a essência do conceito. A maioria apresenta definições como a ausência de governo, a ausência de uma autoridade central, entre outros. No entanto, este entendimento básico do conceito de Anarquia é de certa forma incontestado.

Por outro lado, o estudo dos possíveis efeitos causais da Anarquia, ao invés do significado do conceito em si, formou em grande parte a evolução da disciplina de Relações Internacionais nas últimas décadas. Os debates existentes entre os Realistas Clássicos e os Neorrealistas (Waltz, 1979), e também entre os Neorrealistas e Neoliberais (Powell, 1994), sempre andaram em torno da tentativa de compreender a *ordem sem efeitos ordenadores e organizacionais onde falta uma organização formal* (Waltz, 1979, pp. 89). Para Kenneth Waltz, a anarquia é o primeiro elemento da estrutura no sistema internacional, sendo para ele a característica estrutural da qual derivam todas as outras consequências.

A ideia de Anarquia estava já expressa em Maquiavel, argumentando este que o líder deve aceitar e adaptar-se às mudanças de poder na política internacional. Além do mais, para Maquiavel, o principal objetivo do Estado será o de maximizar o interesse nacional, sendo o Poder e a Política de Poder os únicos fatores relevantes do Sistema Internacional, que é Anárquico.

Já Morgenthau, autor principal do Realismo Clássico, acreditava que a Política Internacional é essencialmente uma luta entre os Estados pelo Poder, sendo este definido pelos interesses do Estado e da necessidade de os perseguir (interesse em termos de poder – ver página 36), justificando-se através do apelo à natureza humana, natureza essa que Morgenthau via como egoísta, e cujo comportamento irracional poderá ter liberdade de ação se não for devidamente restringido. A nível interno, o estado ideal possui o monopólio do uso da força, e a permanente ameaça de punição apoiada na força da lei e nas normas sociais, proporciona a base para a ordem e estabilidade interna. No Sistema Internacional a ordem depende da balança de poder entre os Estados, sendo que este equilíbrio seria atingido de forma

automática, requerendo que os Estados mais fortes, para manter o *Status Quo* teriam de aceitar a existência de interesses comuns refletidos nos seus interesses próprios.

Waltz, por seu turno, acredita que Morgenthau olhava para a Anarquia simplesmente como um estabelecer de problemas no contexto externo diferentes daqueles que os Estados enfrentam no foro interno, afirmando ainda que teria sido dada muito pouca atenção ao contexto externo da ação do Estado como um determinante autónomo do comportamento do Estado.

O Realismo Estrutural atribui a competição pela segurança e o conflito entre Estados à falta de uma autoridade central que se sobreponha aos Estados e também à distribuição relativa do Poder no Sistema Internacional. Para o Neorrealismo a política internacional pode ser percebida apenas se os efeitos estruturais forem adicionados à explicação ao nível da unidade do Realismo Clássico, dando-lhe um retrato sistemático da política internacional. A qualidade estrutural essencial do Sistema é a Anarquia. Neste sentido, uma teoria das Relações Internacionais estrutural e sistémica lida com as questões a nível internacional. Além do mais, competição e conflito entre os Estados dirigem-nos aos factos da vida em condição de Anarquia, onde os Estados, neste estado, devem providenciar a sua própria segurança, sendo que neste contexto as ameaças à segurança dos Estados poderão ser abundantes. A preocupação em identificar os perigos e definir possíveis “contra-ataques” passa a ser o seu modo de vida.

Waltz argumenta que a Anarquia leva à lógica da autoajuda, no qual os Estados procuram a segurança (defensiva). Na sua visão, a melhor forma de distribuição de poder no Sistema Internacional é a bipolaridade, isto porque Waltz afirmava que o balanceamento de Poder apenas poderia ocorrer através da manifestação do Poder interno, sendo que alianças com outros atores, além das potências assentes na bipolaridade, não existem outros Estados com os quais seria possível formar alianças.

A rejeição da Anarquia foi no entanto central na evolução da teoria normativa e crítica das Relações Internacionais (Beitz 1979, Linklater, 1998). A Anarquia seria um sinónimo de Estatismo, com uma ausência de moralidade, a tirania

da falta de estrutura, onde as hierarquias e a dominação cresceram com a ausência de instituições formais.

No entanto, apesar de todo o debate sobre o tema, poucos investigaram os significados plurais do conceito para perceber quais seriam as consequências se a própria Anarquia fosse definida de outra forma. Esta escassez de análise conceptual crítica é seguramente um sinal de como é incontestado o conceito no seio das Relações Internacionais. Jack Donnelly sugere que estaríamos provavelmente melhores se abandonássemos o conceito de uma vez (Donnelly, 2015), posição que não obteve grandes respostas, mas a aceitação desta posição seria identificar o fim do que antes era um debate central, e ceder a definição de Anarquia à corrente principal da disciplina.

O Conceito de Anarquia foi sendo vulgarmente associado a políticas conservadoras, mesmo em certos aspetos retrógradas. A ausência de uma autoridade central no sistema internacional com verdadeira capacidade de impor as regras tem sido vista como patológica, procurando sempre a auto ajuda no meio anárquico. Porém, sobre o que realmente é a Anarquia do Sistema Internacional o consenso não surge com facilidade. O conceito é usado nas Relações Internacionais em múltiplos sentidos e com capacidade de mutação (Donnelly, 2015), sendo usado com regularidade na mudança dos sentidos.

Donnelly (2015) afirma que a “naturalização” da Anarquia e a sua aceitação como uma característica intrínseca das Relações Internacionais é muito problemática. Além disto existe muito pouco consenso sobre se a Anarquia precisa da auto ajuda ou mesmo do equilíbrio, se é um facto da vida entre grupos armados ou o que significa mesmo o próprio termo. Refere ainda que talvez fosse preferível usar um termo mais genérico como desordem.

Trocar o conceito de Anarquia pela simples desordem era uma forma de encerrar este assunto de forma muito prematura. Olhar apenas para a confusão significaria também ignorar o largo consenso que suporta muitas das teorias acerca da Anarquia nas Relações Internacionais, sendo que o uso deste termo está ligado maioritariamente à tradição dos Contratos Sociais dos

séculos XVII e XVIII e às teorias macroeconómicas de mercado de meados do século XX (Prichard, 2016).

A Anarquia é uma condição pré-social (antes da legalidade), condição essa de onde evoluiu a comunidade política. Por outro lado, é o resultado de suposições sobre a utilidade que maximiza a vontade dos indivíduos numa condição de escassez. Em ambos os casos surge de forma patológica. Este enquadramento traz-nos dois problemas. Primeiro, o contrato social não é uma descrição do mundo, mas sim um exemplo de como este deve ser organizado. De igual modo o *homo economicus* (maximizador racional) também não o é. Este último foi desenhado de forma a superar as implicações normativas do primeiro pela ciência e objetividade. Identificar a Anarquia com a procura de forma ilegal do interesse próprio racional depende de uma “construção” ocidental do estado de natureza, a pedra basilar da tradição dos contratos sociais.

Quando olhamos as formas como aparece o conceito em alguns autores, reparamos que usam o termo para caracterizar diferentes tipos de coisas entre eles. Hedley Bull (1977) percebeu a Anarquia Internacional como uma construção social, repleta de normativas de modo a estruturar a ação do Estado. Seguindo Hart, para Bull (1977), a presença ou ausência de um Estado não era primordial para perceber a função das normas, mas eram as normas anteriores que nos ajudariam a perceber o ponto social em que estamos. Bull (1977) rejeita a analogia doméstica que estruturava a resolução dos problemas globais em termos de resolução do estado de natureza por um poder central, mesmo que fosse aceite a necessidade de soberania em determinadas comunidades.

O facto de encontrarmos valor na Anarquia contrasta com a tradição de Rousseau nas Relações Internacionais, que olhava para a formação do Estado Republicano como o comprometimento da nossa natureza política. A mudança da Anarquia do estado anterior para a legalidade, ou da escravidão para a liberdade é a principal transformação da modernidade, mas sempre incompleta enquanto a Anarquia subsistir no Sistema Internacional de forma a ameaçar a ordem interna. A Anarquia do Sistema Internacional era (e é) o

domínio pela ausência de uma “normalidade legal” e da defesa dos próprios interesses.

Keohane e Ostrom (1995) procuraram perceber as distinções entre sistemas auto-organizados comunitários e a nível internacional e como os problemas de ação coletiva podem ser resolvidos sem a existência de uma “ordem” central. Vão buscar às RI a distinção entre as dinâmicas internas e externas bem como os níveis dos problemas em análise, partindo do princípio que existe uma dinâmica distinta em termos qualitativos nos escalões superiores e nas sociedades não estatais, como por exemplo em grande parte do Nepal (Keohane e Ostrom 1995). Concluem que nem a variedade de atores nem a escala dessas relações impedem necessariamente a ordem entre eles. Uma pluralidade crescente pode inclusive possibilitar a emergência de estratégias cooperativas que, em última análise, podem excluir a necessidade formal das instituições estatais.

Já em 1984, em “*After Hegemony*”, Keohane desenvolve esforços para explicar a cooperação internacional, partindo do princípio que a Anarquia é a principal característica do Sistema Internacional, descrevendo o ambiente internacional composto por Estados egoístas, apenas preocupados com o seu próprio interesse dentro de um sistema de autoajuda sem autoridade central (KEHOANE, 1984). Mostra que, mesmo em tal ambiente, sendo este em tudo semelhante ao dilema do prisioneiro, os Estados podem ter a opinião de que a cooperação seria positiva para defender os seus próprios interesses.

Mas voltemos a Waltz. Quando este desenvolve a sua teoria vai mais além do que meras reflexões sobre o pensamento político. Procura a construção de um quadro conceptual sistemático, e o seu realismo estrutural explica as regras de interação do Estado na política internacional. Waltz coloca em confronto duas formas de organização: A hierárquica, encontrada no domínio doméstico sob um governo comum a todos, e a anárquica, presente na política internacional, fruto da ausência de um governo central para todos.

“Formally, each State is the equal of all others. None is entitled to command; None is required to obey. International Systems are decentralized and

anarchic. The ordering principles of the two structures are distinctively diferente, indeed contrary to each other. Domestic political structures have governmental institutions as theirs concrete counterparts. International Politics, in contrast, has been called “Politics in the absence of government”

(Waltz, 1979, pp. 88)

Nesta passagem, Waltz identifica dois conceitos de Anarquia. O primeiro diz respeito à falta de um governo mundial. Em paralelo, traz para a discussão um conceito estrutural para identificar o princípio normativo do Sistema Internacional, sendo este equivalente ao primeiro, pois se olharmos de forma horizontal, todos os Estados são iguais entre si. Os dois conceitos, tendo propósitos diferentes, não se excluem entre si.

É possível a combinação entre os dois, ou seja, a ausência de um governo mundial com uma ordem horizontal entre iguais, no entanto, frisa que nenhum estado tem o direito de comandar nem o dever de obedecer.

Sendo o realismo estrutural de Waltz uma teoria sistémica, tem na sua génese noções de estrutura e sistema. O termo sistema significa a soma dos elementos, onde o princípio da organização do sistema será a sua estrutura. Para Waltz, a identidade de um sistema será determinada pela sua estrutura e pelas suas unidades, e sendo os sistemas de estudo sistemas de acção, a estrutura é por si definida como uma restrição da acção (Waltz, 1979, pp. 73, 90, 122). As unidades teriam atuado de forma diferente se não fossem as restrições impostas pela estrutura.

Com esta conceptualização tenta uma ligação entre o realismo e o sistemismo, tendo a crença de que existe um princípio ordenador no Sistema Internacional e que seria a partir desse princípio que se deveria encontrar a distribuição do poder (Maltez, 2002), servindo esta visão uma tentativa de superação da visão Kantiana e Hobbesiana, da mesma forma que Keohane segue no desenvolvimento do institucionalismo liberal.

Já em 1959, na sua obra “*Man, The State and War*”, Waltz refere o conceito de Anarquia do Sistema Internacional, onde identifica 3 níveis de análise, ou como lhes chama Waltz, imagens, para perceber as causas da guerra, sendo o terceiro nível a Anarquia do Sistema Internacional (Waltz, 2001, pp 159-186), onde se manifesta a ausência de instrumentos legais e de organização social para a manutenção da paz, sendo esta posição herdada de teorizadores políticos clássicos como Kant, Espinosa e mesmo Rousseau. Esta situação de Anarquia seria uma falha do sistema, obrigando os Estados a procurar os seus próprios interesses e ambições.

No entanto, olhando mais para trás na história, a situação de Anarquia do Sistema Internacional pode ser percebido em autores, como por exemplo, Nicolau Maquiavel. Na sua obra *O Príncipe*, Maquiavel retrata um momento histórico em que a Itália se encontrava:

“... mais escravizada do que os hebreus, mais oprimida do que os persas, mais desunida do que os atenienses, sem chefe, sem ordem, batida, espoliada, lacerada, invadida, ...”

(Maquiavel, 1513, Capítulo XXVI)

Também Thomas Hobbes, no seu *Leviatã*, lança o conceito de Anarquia quando refere que “*O Homem é o Lobo do Homem*”. Transpondo esta afirmação para o Sistema Internacional, “O Estado é o Lobo do Estado”, Tendo o sistema de Estados Nação sido uma herança de Westfalia (1648), este oficializou a secularização da política e no plano externo passou a não haver nenhum ator acima destes. Sem juiz não há leis, e sem leis temos a Anarquia. Esta Anarquia e a busca por interesses nacionais geram uma luta constante de todos contra todos, e é aqui que surge o estado de natureza de Hobbes (Bedin, 2000), e que em última análise poderia levar o Homem á sua autodestruição, tendo desta forma de preservar o *contrato social* para assim evitar o caos e a destruição.

A Anarquia do Sistema Internacional, conforme Hobbes a idealiza, teria os Estados a viver num estado permanente de guerra latente, mas onde os

Homens que compõem os Estados não estão sozinhos, e não são necessariamente pobres, desagradáveis e brutos. Os poderes soberanos dos Estados, quando aplicados ao exterior criam a Anarquia do Sistema Internacional, mas são estes mesmos poderes que, no interior do Estado, dão a possibilidade aos seus membros de uma sociabilidade positiva. Esta conceção remete-nos para Maquiavel, onde no capítulo XVII do *Príncipe* fala da necessidade do soberano ser amado pelo povo (e temido) de modo a garantir a paz no Estado e proteger-se dos inimigos externos, garantindo assim a sua soberania.

Podemos no entanto socorrer-nos de autores mais próximos em termos cronológicos de Waltz, como Carr, Niebuhr e Morgenthau, baseados estes nos textos de Tucídides, Maquiavel e Hobbes, que olharam para as relações Internacionais influenciados pela crença de que a natureza humana seria inerentemente violenta (Cavalcante, 2011), criando uma transposição do estado de natureza *Hobbesiano* para o Sistema Internacional. Defendem uma constante situação de insegurança que obriga os Estados a desenvolver a sua ação a partir do pior cenário possível, criando políticas externas ofensivas, muitas vezes apoiadas pelo uso da força. De acordo com esta linha de argumentação, existem duas situações onde possa existir paz na Anarquia de linha *Hobbesiana*:

1. Quando surge um equilíbrio de poderes;
2. Quando uma parte se torna forte o suficiente para destruir ou conquistar o outro (ou os outros).

Mas entre todos estes, é com Morgenthau que o conceito ganha solidez nas Relações Internacionais, e a sua obra *Politics Among Nations* (1948) serviu de pedra basilar a diferentes escolas das Relações Internacionais, entre os quais o Neorrealismo (ou Realismo Estrutural) de Kenneth Waltz.

Morgenthau afirma que após definida a esfera política, surge a Anarquia, pois a política internacional é apresentada e caracterizada por uma extrema desigualdade entre as nações (Morgenthau, 2003), sendo que o contraste entre o poder das nações e a impossibilidade de controlo na política internacional gera uma ingovernabilidade no Sistema que conduz a um estado

de Anarquia, e tendo os Estados como objetivo último o Poder, no Sistema Internacional essa constante luta por esse objetivo último não pode ser facilmente dominada (Lebow, 2007).

PARTE II

A VISÃO NEOREALISTA SOBRE O PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO (1979 a 2010)

Breve Cronologia do Programa Nuclear Iraniano

Abaixo está uma visão geral dos desenvolvimentos cronológicos selecionados para ajudar na compreensão do tema em análise.

1950: Shah Mohamed Reza Phalavi lança o primeiro programa nuclear do Irão.

1970: Os planos nucleares do Irão incluem a construção de vinte reatores de energia nuclear. Nesse momento, foram assinados acordos de cooperação com a França, África do Sul, Argentina e EUA.

1979: Após a Revolução Iraniana, o Aiatola Khomenei cancelou contratos e interrompeu o programa nuclear.

Década de 1980: Reinício do programa nuclear.

2002: Revelação de uma instalação de enriquecimento não declarada e de um reator de água pesada não declarado; O Irão parou de enriquecer depois que o caso foi divulgado.

2003: Início das negociações com a UE3 (Reino Unido, França, Alemanha)

2004: Acordo de Paris, a UE3 reconhece o direito do Irão, sob o TNP, de produzir energia nuclear; Teerã, por sua vez, mantém voluntariamente o enriquecimento e o reprocessamento interrompidos, desde que as negociações ocorram.

2005: A UE3 apresenta uma proposta para um acordo de longo prazo. Essa estrutura busca as seguintes concessões de Teerã: O Irão precisa fazer um acordo vinculativo para não realizar atividades de enriquecimento de urânio ou se retirar do TNP e ratificar o protocolo de salvaguarda adicional até o final do mesmo ano. Em troca, a UE3 ofereceria garantias de fornecimento de combustível, cooperação em segurança nuclear e segurança e cooperação

econômica. Além disso, a UE3 apoiará a adesão do Irão à OMC e discutirá medidas de segurança regional.

No mesmo ano, o novo presidente da linha dura Ahmadinejad foi eleito. Ele rejeitou a proposta e logo após seu juramento em cerimônia, a conversão de urânio foi reiniciada.

2006: A AIEA encaminha o caso ao Conselho de Segurança da ONU. O CSNU lança a primeira resolução de sanções.

2007: O diretor geral da AIEA, El Baradei, estabelece um plano de trabalho para futuras negociações com o Irão.

2008: A EU3 oferece mais incentivos relacionados à cessação das atividades do ciclo de combustível, que Teerão rejeita.

2009: O Irão informa a AIEA que uma nova instalação piloto de enriquecimento de urânio está em construção e anuncia planos para construir mais duas centrais nucleares.

O presidente Ahmadinejad é reeleito; no entanto, restam dúvidas sobre a regularidade do processo eleitoral.

Breve Enquadramento Teórico

Um dos problemas que se coloca ao Sistema Internacional no Século XXI é o Programa Nuclear Iraniano. Nas últimas décadas a situação em torno desta questão várias vezes se inclinou para a intervenção armada, voltando de seguida para o campo da diplomacia e retomando as negociações que, de forma (quase) permanente acontecem, sendo estas muitas das vezes contra a vontade dos Estados mais ocidentais. Essas negociações foram na maioria das vezes implementadas em conjunto com sanções por parte das Nações Unidas, como é exemplo a resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 20 de Julho de 2015, a resolução 2231 que, sumariamente mantém o embargo de armas ao Irão por mais 5 anos, que poderão ser retiradas antes mediante condições pré-estabelecidas.

Ao mesmo tempo que a comunidade internacional se esforça por restringir as aspirações do Irão em conseguir adquirir poder nuclear, os defensores do Neorrealismo, em especial Waltz, consideram que esta seria a melhor opção, o que nos faz ter que perceber os argumentos para a defesa desta posição dos que defendem o realismo estrutural.

Waltz, na sua obra *“The Spread of Nuclear Weapons”* (1981), obra essa que espelha o conceito de paz nuclear, este argumenta que, em determinadas circunstâncias, as armas de destruição maciça com especial ênfase as nucleares, podem contribuir para a estabilidade das relações entre Estados e também para a redução da escalada de conflitos. Deste modo, importa analisar o desenvolvimento do Programa Nuclear do Irão através do conceito de paz nuclear de Waltz, dentro do quadro teórico do Realismo Estrutural.

Como já vimos, Waltz considera que o Sistema Internacional vive em Anarquia, e nesta condição, para alcançar outros objetivos, os Estados têm primeiro de garantir a sua segurança, o que os leva à implementação de políticas rígidas (Waltz, 1979, pp. 93). Sendo os Estados similares nas necessidades mas diferentes nas capacidades, são estas últimas, e o seu potencial, que determinam o lugar no mundo de cada Estado. A divisão

estrutural de poder entre os Estados é limitada pelos mais poderosos por medo do seu sucesso relativo e os Estados mais fracos pela ameaça de dependência. É a capacidade de cada Estado de maximizar o seu poder no Sistema Internacional que determina o equilíbrio de forças que forma as Relações Internacionais – a Balança de Poder.

Sendo o Sistema Internacional uma estrutura formada por unidades em interação constante, importa enumerar os seguintes pressupostos:

1. Os principais atores são os Estados e têm como principal objetivo o garante da sua segurança;
2. O Neorrealismo proporciona uma explicação de comportamento internacional ao nível das Relações Internacionais;
3. As Relações Internacionais são um sistema integrado que funciona de acordo com o Direito Internacional Público, onde apenas a análise sistémica consegue revelar a sua natureza;
4. O impulso das Relações Internacionais é a rígida e restritiva influência dos constrangimentos do Sistema Internacional.

Adotando Waltz uma abordagem sistémica, a estrutura internacional funciona como um limitador do comportamento dos Estados, só sobrevivendo aqueles que atuam dentro do modo esperado pelos restantes atores. Este tipo de abordagem na análise das Relações Internacionais parte do princípio que as Relações Internacionais são, por natureza, relações sociais, sendo desse modo o Sistema Internacional um tipo de sistema social que, ao contrario dos sistemas físicos ou biológicos, estes pertencem a um tipo especial de sistemas públicos de baixa organização, cujos limites espaciais são muitas vezes condicionados.

Sendo o Sistema Internacional, na sua génese, um sistema de interação humana formado por comunidades, grupo e indivíduos, estes são guiados pelas ações que executam pela vontade, consciência e perspectiva de valor. No entanto, as Relações Internacionais são maioritariamente relações políticas onde o elemento central são as relações entre Estados, mas como não existe um poder soberano, existe um baixo nível de integração das suas unidades.

Sendo a base do nosso trabalho a teoria dos sistemas internacionais, a metodologia será a análise sistêmica em conjunto com outros métodos científicos e empíricos.

A pressão que a comunidade internacional exerce sobre o Irã sob o pretexto do seu programa nuclear e as suas condicionantes geopolíticas, é aqui analisada dentro do contexto de eventos interconectados. Neste aspeto, terá particular ênfase o limiar do Status nuclear do conceito Neorrealista da teoria das Relações Internacionais, que refere que a proliferação de armas nucleares poderá servir como uma forma de limitação da ação dos Estados, cuja existência fortalece a estabilidade do Sistema Internacional.

Ao descrever o seu conceito de Paz Nuclear, Waltz diz que, em certas condições, as armas de destruição maciça podem contribuir para a estabilidade das relações entre Estados e deste modo reduzir o risco da escalada de conflitos (Waltz, 1981, pp. 32). Posteriormente, no seu artigo “*The Origins of War in the Neorealist Theory*” (1988), refere-se às armas nucleares como um meio para a manutenção da paz, argumentando que apenas a ameaça de contra ataque funcionou como uma das razões fundamentais para que, no período da Guerra-Fria entre os EUA e a Ex-URSS, não se ter avançado para um conflito armado direto entre as duas potências. Afirma que as armas nucleares e a ameaça do seu uso afastam os Estados de um cenário de guerra de forma mais eficaz que a ameaça de armas convencionais (Waltz, 1988).

Partindo deste ponto de vista, quando estão dois Estados em confronto mas sem possuir armas nucleares, estão sempre prontos a atacar o outro se a probabilidade de sucesso for elevada. Já entre dois Estados com poder nuclear, nenhum deles ordenaria um ataque nuclear pois não têm confiança de que o outro Estado não executa um contra-ataque nuclear. Podemos então afirmar que as consequências do uso de armas de destruição maciça são demasiado sérias para o seu uso ser equacionado, mesmo que o uso antecipado garanta a vitória.

No entanto, o problema é como é que os Estados nucleares conseguem consolidar a paz entre si, pois a estrutura anárquica do Sistema Internacional

não elimina todas as causas para o aparecimento de conflitos. Deste modo, as potências nucleares continuam a competir no campo militar de modo a fortalecer a sua própria segurança, ao mesmo tempo que, sendo potências nucleares, dificultam o ataque e reduzem as probabilidades de guerra global a quase zero (Waltz, 1988).

Waltz assume que a natureza e probabilidade de existência de guerra está patente na estrutura anárquica do Sistema Internacional, porém, apenas a disponibilidade existente de armas nucleares durante a guerra-fria nas duas superpotências em confronto (EUA e Ex-URSS) privou as duas da “vontade” de iniciar o conflito armado direto. Na viragem do Século, Waltz refere, no seu artigo “*Structural Realism After the Cold War*” (Waltz, 2000). Que a emergência das armas nucleares não provocou alterações na estrutura anárquica do Sistema Internacional, mas influenciou os Estados a tomar medidas para garantir a sua segurança ao mesmo tempo que olham para as ações tomadas por outros Estados. Todas as mudanças na política mundial das últimas décadas vieram causar um aumento na tensão entre os Estados, mas só o armamento nuclear mantém a paz entre os que o possuem (Waltz, 2000).

Em 2002, Waltz revisita o conceito de Paz Nuclear em conjunto com Sagan no trabalho intitulado “*Proliferation of Nuclear Weapons: a Debate Renewed*” (Sagan, 2002), tendo confirmado a enorme diferença entre o mundo das armas convencionais e o das nucleares. No mundo nuclear, qualquer líder como Estaline, Mao Zedong, Sadam Hussein, Kim Jung Il, Xi Jiping, Kim Jung Un ou Ali Khamenei teriam a racionalidade de perceber que as ações agressivas por si tomadas contra um oponente nuclear poderiam causar a sua própria destruição. Desse modo, Waltz acredita que as armas nucleares “racionalizam” os atos dos líderes, que em outras condições poderiam agir de forma irracional e impetuosa (Waltz, 2002, pp. 122).

Em 2012, Waltz volta a reinterpretar o conceito de Paz Nuclear num trabalho intitulado “*Why Iran Should Get the Bomb. Nuclear Balancing Would Mean Stability*” (Waltz, 2012), sendo esta reinterpretação do conceito com base numa situação particular – a questão nuclear iraniana. Waltz argumenta que a

crise é causada pelo monopólio nuclear regional israelita, o que implica uma situação de permanente instabilidade no Médio Oriente. O desenvolvimento nuclear no Irão poderá promover a estabilidade geopolítica na região e regularizar a balança de poder entre Tel-Aviv e Teerão. No entanto, Waltz dissipa os medos de aproveitamento terrorista do programa nuclear iraniano, considerando injustificados os receios de uma corrida armamentista nuclear na região, salientando que desde os anos 70 do século passado o número de Estados nucleares abrandou. Se o Irão se tornar um Estado nuclear irá retrair Israel (e vice-versa), o que sempre acontece nas relações entre potências nucleares.

Segundo a visão Neorrealista, as armas nucleares são armas que causam a paz e uma segurança internacional mais eficaz, logo, o Irão, como ator racional nas Relações Internacionais, deve envidar esforços para as possuir ou obter. Ao mesmo tempo, a sua posse não garante um estatuto especial ao Estado, mas apenas reduz a pressão externa sobre si e a possibilidade de guerra é mais uma forma de intimidação do que uma possibilidade de ataque real.

Envolvência Internacional Iraniana

Desde a revolução Iraniana de 1979 e da crise dos reféns na Embaixada Norte Americana em Teerão que os Estados Unidos da América rotulam o Irão como um regime de apoio ao terror, o que fez com que o Irão e o seu Líder Supremo, Khomeini, reconhecessem-se os EUA como o seu principal inimigo (Farzamnia, 2009). Contudo, apenas por uma vez os dois Estados se envolveram em conflito armado, em 1987 numa troca de tiros marítima. Deste então que o Irão tem sido alvo de um processo de isolamento por parte da comunidade internacional.

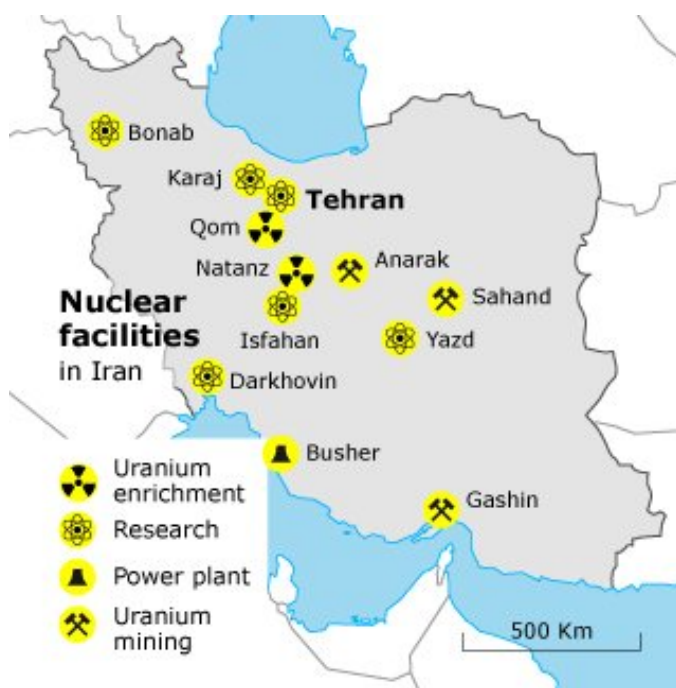


Imagem 1: Instalações nucleares Iranianas

Fonte: https://fanack.com/nuclear-programs/iran/?gclid=Cj0KCQiAyKrxBRDHARIsAKCzn8yGB87Hw2hcaYKoT5q0hwsUeQJcKIDOSMftyIMdyPYd4IE38GAHyvUaAtz5EALw_wcB (acedido a 21 de Janeiro de 2020)

Durante a guerra que travaram com o Iraque, entre 1980 e 1988, o regime Baath de Saddam Hussein usou armas químicas e biológicas contra o Irão e o seu povo sem que tais ações despertassem grande atenção da comunidade internacional e dos seus vizinhos na região, tendo optado por ignorar os eventos que se sucediam. Fruto dos embargos a que estava sujeito, o Irão não dispunha de poder bélico capaz de uma resposta na mesma medida.

Esta assimetria de poder militar em conjunto com a quase inexistência de apoio internacional funcionou como “empurrão” para que o Irão iniciasse um processo de tentativa de equilíbrio da balança de poder na região.

O Programa Nuclear Iraniano foi reiniciado em 1982 pela mesma pessoa que o suspendeu quando da revolução de 1979, Khomeini (Congressional Research Service, 2009). Em 1984 foi construído um novo laboratório de pesquisa nuclear e em 1985 a China fornece o primeiro de quatro reatores de pesquisa.

Este novo laboratório envolvia atividades de enriquecimento de urânio que o Irã obtinha de forma clandestina desde 1982 (Jafarzadeh, 2008). Após a Guerra do Golfo de 1991, o regime de Sadam Hussein ficou enfraquecido e deixa de ser durante alguns anos uma ameaça direta para Teerão. Sadam Hussein viria a ser deposto em 2003, na segunda Guerra do Golfo.

É a partir de este ponto que Teerão intensifica as relações diplomáticas com Bagdad de modo a competir com os EUA pela influência na região.

Tendo a mudança de regime no Iraque enfraquecido a ameaça de segurança para o Irã nesta frente, ao mesmo tempo aumentou as ameaças por parte dos EUA. Em 2003 Teerão oferece cooperação aos EUA e interrompe o seu programa Nuclear, o que pode ser interpretado como uma concessão e também como a sua própria percepção de poderem ser o próximo nome na lista para invasão. Depois do 11 de Setembro, George W. Bush inclui o Irã no que apelidou de “Eixo do Mal”, com o Iraque e a Coreia do Norte.

Tendo sido o Iraque invadido e a Coreia do Norte ter passado sem consequências, a conclusão a que poderão ter chegado os líderes Iranianos poderá ter sido a de que a dissuasão por meio de Armas Nucleares evita ameaças externas e mantém os regimes no poder.

Com a eleição de Obama em 2008, a política externa Americana muda e as relações com o Irã melhoram relativamente, no entanto, o Conselho de Segurança das Nações Unidas continuam a impor sanções internacionais, como são exemplos as resoluções 1803, de 3 de Março de 2008 e a 1835, de 27 de Setembro de 2008, sendo que esta última não impõe mais sanções ao regime de Teerão mas reafirma as últimas 4 resoluções aplicadas.

Com poucas “amizades” na região, podemos verificar no mapa da região que o Irã está rodeado por tropas ou Estados aliados dos EUA, conforme podemos verificar no mapa (Imagem 2). Além do mais, o Irã tem fronteiras com um

Estado Nuclear, o Paquistão, e na região também tem Israel, um aliado histórico dos EUA, que atacaram preventivamente instalações nucleares no Iraque em 1981 e na Síria em 2007.

Apesar de existirem disputas com o Paquistão, estas nunca atingiram um nível capaz de serem consideradas uma ameaça real pois o poder militar Paquistãoês vê-se principalmente direcionado para a sua fronteira com a Índia no conflito de Caxemira (Perkovich, 2003). Por outro lado, o Irão não teria (e dificilmente terá nos dias de hoje) capacidade de se desdobrar em múltiplas frentes de conflito. Israel foi sempre incluído na retórica hostil Iraniana por via da sua proximidade aos EUA que já referimos, e também para agradar internamente ao conservadorismo instalado (Ansari, 2008). Já o Afeganistão não representará agora nem no futuro próximo uma ameaça real ao Irão, pois está enfraquecido, fruto da intervenção Norte Americana.

Depois do 11 de Setembro, segundo o que referimos anteriormente, o Irão ameniza relações com os Estados Unidos e ajuda a retirar as forças hostis Talibans do Afeganistão, defendendo desse modo os seus próprios interesses em enfraquecer o regime Taliban Sunita aí reinante, reduzindo em muito a ameaça nessa frente. Com a redução do efetivo militar da coligação internacional no Afeganistão, Teerão tem hipótese de expandir a sua área de influência regional no que era anteriormente um território muito hostil.

Simultaneamente, a Síria, principal aliado de Teerão, luta diariamente pela sobrevivência e Bashar al-Assad tem preocupações demasiado fortes com o ambiente interno o que o leva a descurar um pouco a política externa, dando outra oportunidade ao Irão de expansão de influência regional, desta feita para oeste.

A primavera árabe, que deu origem aos conflitos internos na Síria, introduz uma variável até então adormecida na região. A vontade popular. Esta pode promover um ambiente de segurança frágil para o Irão e sempre com um possível conflito interno latente, desse modo os líderes iranianos podem tirar benefícios do isolamento a que, de alguma forma, estão sujeitos por parte da comunidade internacional.

Embora existam sanções aplicadas contra o regime de Teerão, estas nunca foram ao nível das aplicadas ao Iraque, e pese embora existam nos nossos dias, como já referimos, estas não condicionam necessariamente o Irão ao isolamento. Outras formas, como sanções económicas, podem servir como isolamento do Estado Iraniano, mas mais do que isso, é o desejo permanente dos EUA em conseguir uma mudança de regime no Irão, que pode funcionar como fator de isolamento. Da mesma forma, quando o Irão era um membro ativo do Tratado de Não Proliferação Nuclear, nos anos 80, os EUA esforçaram-se ativamente para que os outros Estados não ajudassem o Irão a adquirir tecnologia nuclear. Também podemos considerar uma espécie de isolamento por parte da comunidade internacional quando o Iraque, no conflito que travou com o Irão, ter recorrido ao uso de armas químicas e biológicas, sem que a comunidade internacional tenha tomado uma posição de força contra estes atos.

Todos estes exemplos podem moldar mentalidades no sentido de instalar uma sensação de isolamento percebido. O isolamento de um Estado pode ser mais eficaz pelo lado da perceção do mesmo, perceção essa interna ou externa, do que efetuado por sanções formais emitidas pelas Nações Unidas ou outra Organização Supranacional.

O Porquê do Programa de Armas Nucleares Iraniano

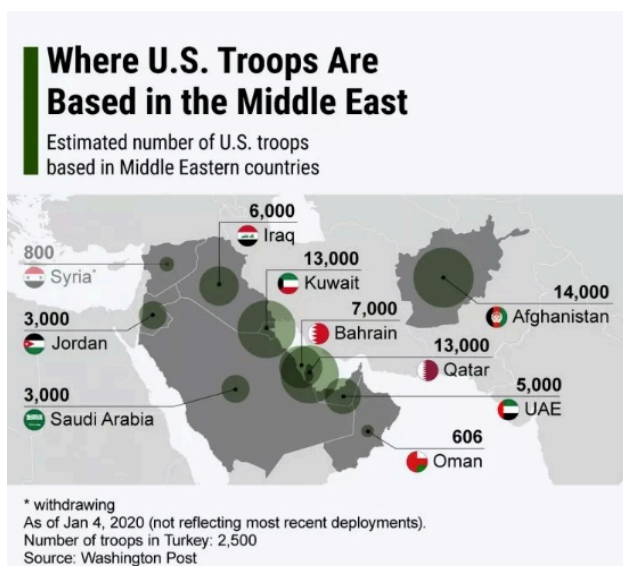


Imagem 2: Tropas Norte Americanas baseadas no Médio Oriente a 4 de janeiro de 2020

Fonte: <https://www.newsweek.com/where-us-troops-near-iran-1480617> (acedido a 21 de Janeiro de 2020)

O Irão ainda hoje prossegue com o seu programa de armas nucleares devido à permanente existência de ameaças à sua segurança. A guerra com o Iraque, de 1980 a 1988, e com a inferioridade bélica do Irão veio trazer à tona a questão da necessidade de o Irão promover um equilíbrio na balança de poder da região, condição indispensável ao equilíbrio do Sistema Internacional (Waltz, 1979).

O desequilíbrio ficou patente nesta guerra, mostrando a assimetria existente entre o poder bélico dos dois Estados, o que impulsionou o Irão a reiniciar o desenvolvimento do seu projeto nuclear de modo a conseguir o reequilíbrio de forças na região, e com especial ênfase com Bagdad.

Mais recentemente, no pós invasão do Iraque de 2003 por parte dos EUA e seus aliados, o Irão voltou a ter argumentos para a prossecução do seu programa nuclear. A invasão do Iraque foi precedida pela intervenção no Afeganistão, logo após o 11 de Setembro, na busca dos EUA por “*vendetta*” face ao ataque terrorista sofrido no seu território. Esta intervenção tinha como objetivo depor o regime Taliban, e Teerão terá olhado para esta intervenção e o terminar do regime Taliban no Afeganistão como uma ameaça ao seu próprio regime pelo que tornava imperativo marcar uma posição de equilíbrio de poder.

Com a invasão do Iraque, o Irão viu-se rodeado por tropas Norte Americanas em todos os Estados, ou quase, com quem faz fronteira, como o Afeganistão, o Azerbaijão, o Iraque, o Kuwait, entre outros (ver Imagem 2).

Deste modo, o Irão precisa de uma capacidade que lhe permitisse ter poder de dissuasão sobre os seus adversários, e capacidade nuclear militar cumpre na perfeição esses requisitos, ao mesmo tempo que se insere nos pressupostos do Realismo Estrutural como Waltz os define.

Embora com Obama na presidência dos EUA a tensão entre os dois Estados tenha diminuído, a sua segurança regional não deixou de ser frágil. Não estando o Irão a olhar directamente para uma ameaça eminente à sua segurança, a instabilidade permanente na região, caracterizada por altos e baixos permanentes, a atitude demonstrada pelo actual presidente americano Donald Trump, uma atitude mais radical e com possibilidades beligerantes (pelo menos no discurso), torna imperativo que o Irão tenha uma capacidade nuclear latente, de modo a dissuadir possíveis investidas dos seus adversários, regionais ou extra-regionais.

O Irão de Ahamadinejad

Em 2002 foram revelados duas localizações de investigação nuclear no Irão, mas a questão nuclear Iraniana não estava no topo da agenda internacional. Na altura era Presidente o reformista Khatani, que como já referimos, em 2003 suspende o enriquecimento de urânio e assina o protocolo adicional de salvaguarda, o qual ainda assim não foi ractificado. Por outro lado, a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) não encaminhou o caso para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, a que seria obrigada segundo o exposto no Artigo XII, alinea C dos seus próprios estatutos, sendo que este permitiria que a AIEA pudesse efectuar inspecções sem aviso prévio:

“... C. The staff of inspectors shall also have the responsibility of obtaining and verifying the accounting referred to in sub paragraph A-6 of this article and of determining whether there is compliance with the undertaking referred to in sub paragraph F-4 of article XI, with the measures referred to in sub- paragraph A-2 of this article, and with all other conditions of the project prescribed in the agreement between the Agency and the State or States concerned. The inspectors shall report any non-compliance to the Director General who shall thereupon transmit the report to the Board of Governors. The Board shall call upon the recipient State or States to remedy forthwith any non-compliance which it finds to have occurred. The Board shall report the non-compliance to all members and to the Security Council and General Assembly of the United Nations. In the event of failure of the recipient State or States to take fully corrective action within a reasonable time, the Board may take one or both of the following measures: direct curtailment or suspension of assistance being provided by the Agency or by a member, and call for the return of materials and equipment made available to the recipient member or group of members. The Agency may also, in accordance with article XIX, suspend any non-

complying member from the exercise of the privileges and rights of membership. ...”

(IAEA)

A partir de 2004 o regime de Teerão opta por uma atitude de *soft-power* e aceita as negociações propostas pela União Europeia como sinal de boa fé, com a contrapartida para a União Europeia de o Irão manter a suspensão de enriquecimento de Urânio.

No entanto, em 2005 é eleito presidente o conservador Ahamadinejad e o cenário político altera-se, tendo-se posicionado como a solução para os problemas económicos do país, tendo aliás prometido inclusive durante a campanha uma maior distribuição dos rendimentos do petróleo pelo povo iraniano.

Além da mudança presidencial, todos os órgãos de decisão Iranianos passaram a estar a partir desta altura nas mãos dos conservadores, o que levou a que rapidamente se decidissem pelo reinício do seu programa nuclear (Farzamia, 2009). Logo dois dias após a tomada de posse, os selos da AIEA foram removidos das instalações até então seladas e as actividades de enriquecimento de urânio foram reiniciadas (Jafarzadeh, 2008), o que significa um rompimento unilateral com o acordo assumido perante a comunidade internacional. Neste sentido, a AIEA encaminha o caso para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, em julho de 2006 o Conselho de Segurança emite a resolução 1696, que exige a Teerão a suspensão das actividades de enriquecimento de urânio:

“... 2. Demands, in this context, that Iran shall suspend all enrichment-related and reprocessing activities, including research and development, to be verified by the IAEA;... “

(Security Council of the United Nations, 2006)

Não obstante, o Irão cria novos Institutos de Pesquisa Nuclear de modo a fortalecer e acelerar o programa. Apesar de todos os esforços da comunidade

internacional, a partir de 2005 o programa nuclear iraniano prossegue de forma célere.

Ahmadinejad adota, desde a sua eleição, uma retórica de “nós contra eles” pejada de termos revolucionários nacionalistas, rejeitando a interferência externa que apelida de imperialista e colonialista (Farzamnia, 2009). Refere-se sempre ao direito legal do Irão em produzir energia nuclear. Assim que o Irão alcança um nível de enriquecimento de urânio de 3,5%, Ahmadinejad anuncia publicamente que o Irão seria já um Estado nuclear:

“... The Islamic Republic has acquired indigenous technology for fuel production thanks to the efforts made by young faithful and revolutionary scientists...”

(Citado em Jafarzadeh, 2008)

já num discurso posterior em 2007, Ahmadinejad afirma que:

“... by the grace of faith in god and the national unity, Iran has moved forward step by step and now our country is recognised as a country with the capacity for industrial scale fuel cycle production for peaceful puposes...”

(Ahmadinejad, 2007)

Também o actual Líder Supremo Khamenei usa o mesmo estilo, sendo os seus pontos de vista baseados nos fundamentos da Revolução Islâmica. Justiça, Independência, auto-suficiência e Islamismo, enfatizando sempre a necessidade de o Irão ultrapassar rapidamente o visível atraso científico (Sadjapour, 2009). Já um dos antecessores de Ahmadinejad, Rafsanjani, coloca os avanços nucleares do Irão no mesmo nível de descoberta de Galileu de que a Terra gira em volta do Sol.

Tudo isto pode ser retórica política com o intuito de engrandecer os feitos a nível interno de modo a agradar à maioria conservadora, mas também pode

significar um verdadeiro orgulho por parte dos líderes em alcançar tecnologia nuclear.

Os Estados seguem programas nucleares para, além de poder bélico dissuador, mostrarem sinais de modernidade científica, independência e grandeza (Sagan, 2002), mas o poder nuclear pode também ser visto como pelo poder simbólico que representa. O grupo dos P5 do Conselho de Segurança das Nações Unidas todos são Estados nucleares, o que nos mostra que possuir arsenal nuclear produz influência política, o que funciona como força motriz para os Estados procurarem se tornar nucleares (SAGAN, 2002).

A posse de arsenal nuclear daria a Teerão uma posição influente e poderosa na região, e a procura por se tornar o, ou um dos líderes da região é um dos mais fortes impulsos para as motivações Iranianas e também poderia funcionar como catapulta para se libertar do isolamento a que foram submetidos pela comunidade internacional.

Os líderes Iranianos têm a ambição de tornar o país um actor de relevo na comunidade internacional e de alcançar a hegemonia regional. Vêem o Irão como o legítimo herdeiro do Império Persa, isto na visão de domínio regional, e acreditam que podem desempenhar um papel importante a nível mundial, assim como os EUA, e dessa forma desejam ser tratados de igual forma (Miranda, 2009), o que as armas nucleares ajudam a atingir, mas os líderes Iranianos sempre negaram as ambições militares do seu programa nuclear. Hamadinejad, em declarações oficiais, expressou o seu descontentamento com o duplo padrão do Tratado de Não Proliferação, criticando que o P5, com ênfase nos EUA, não cumpriu o seu compromisso de desarmamento sob o exposto no Artigo VI do Tratado de Não Proliferação, que diz:

“Article VI

Each of the Parties to the Treaty undertakes to pursue negotiations in good faith on effective measures relating to cessation of the nuclear arms race at an early date and to nuclear disarmament,

and on a treaty on general and complete disarmament under strict and effective international control.”

(Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares)

O Irão afirma, como já referimos, que os EUA negam ao Irão o seu direito legal de possuir energia nuclear para produção energética, e no seu discurso de 2005 na Assembleia geral das Nações Unidas, Ahmadinejad diz que:

“...Some powerful states practice a discriminatory approach against access of NPT members to material, equipment, and peaceful nuclear technology, and by doing so, intent to impose nuclear apartheid...”

(Ahmadinejad, 2005)

Por outras palavras, os Estados nucleares, com especial foco no P5, têm o poder para reivindicar acções ilegítimas, apoiados no seu poder nuclear. Essa percepção de ilegitimidade e desigualdade do Tratado de Não Proliferação, alimenta a ideia de senso de injustiça em relação a outros Estados, e essa ilegitimidade promove o cumprimento como estratégia na defesa da soberania e igualdade do Estado.

Podemos então sustentar o argumento de que os Estados procuram poder nuclear quando os seus líderes o vêem como simbolo de independencia, modernização científica e de influência, sendo que os três mais importantes líderes iranianos vincularam sempre o Programa Nuclear à identidade do próprio Estado.

CONCLUSÕES

O Realismo Político foi e continua a ser a corrente teórica dominante no seio das Relações Internacionais mesmo com as suas mais que normais evoluções teóricas e conceptuais. Como todas as correntes teóricas que têm um papel dominante dentro de um campo de estudo, esta tem críticas que surgem de outros planos teóricos, como o Liberalismo. Mas no fundo, e sendo o Sistema Internacional anárquico, assente numa estrutura de Instituições Supranacionais organizadas de modo a tentar criar uma gestão eficaz do Sistema, estas, com mais frequência do que o esperado, não conseguem fazer valer um *Jus Cogens* efetivo. São os Estados que têm as capacidades instaladas (militares, económicas, entre outras) que lhes permitem projetar o seu Poder de modo a ditar as regras do funcionamento do Sistema Internacional e de como as suas unidades (os Estados) se comportam dentro deste Sistema.

Todos os Estados, mesmo os que se subjugam aqueles com maiores capacidades, se regem pelo que é e não pelo que deve ser, pois ao verificarem que não têm capacidades capaz de ombrear com os mais fortes aceitam o *Status Quo* de modo a garantirem a sua segurança, procurando frequentemente nos mais fortes o seu garante de proteção contra os seus adversários.

Neste sentido, a Teoria desenvolvida por Kenneth Waltz continua perfeitamente válida mesmo quatro décadas após a sua formulação. É certo que a estrutura do Sistema Internacional se tornou mais densa, mais complexa, mais interdependente entre as suas unidades (Estados, Organizações Internacionais ou mesmo Empresas Multinacionais), mas continua a ser o Estado a ser o ator principal, relegando para segundo plano todas as outras.

Podemos então aferir que toda esta complexidade do Sistema Internacional não nos veio trazer um novo paradigma nas Relações Internacionais, mas sim que as Relações Internacionais continuam, e vão continuar na nossa

perspetiva, a ser um produto da vontade dos Estados na procura da defesa dos seus interesses, e estes são manifestados em termos de Poder.

Pelo que podemos analisar no caso do Irão, a aplicabilidade da Teoria Neorrealista no que toca à evolução do seu Programa nuclear, verificamos que as ações do Estado Iraniano bem como as dos demais atores do Sistema Internacional, recaem diretamente no seio da Teoria Neorrealista de Kenneth Waltz (Neorrealismo Defensivo), onde apenas a mera ameaça de que o Irão possa ter a capacidade de desenvolvimento de armamento nuclear é capaz de criar um efeito dissuasor junto dos seus adversários no sentido de evitar conflitos armados, ficando desta forma a conflitualidade resumida à diplomacia junto da Organização das Nações Unidas na sua forma multilateral. Desta forma, esta ameaça de posse de armamento nuclear permite ao Irão ter alguma paz num ambiente regional e global adverso.

Podemos no entanto afirmar que não será apenas a capacidade militar que pode ter este efeito dissuasor. Também o poder económico provoca um resultado similar. Podemos tomar como exemplo a expansão económica chinesa um pouco por todo o globo, fruto da expansão das suas empresas em sectores estruturais em pontos chave do planeta (Europa, África, América do Sul), empresas essas normalmente tendo como acionista o próprio Estado Chinês.

Afirmamos então que são as capacidades instaladas das mais variadas índoles nas potências mundiais que lhes permitem ter a capacidade de impor a sua vontade e de projetar o seu Poder definido em termos de defesa dos seus interesses próprios junto das unidades do Sistema Internacional mais vulneráveis. Nem mesmo a crescente interdependência entre as unidades do Sistema Internacional consegue evitar esta situação, pois as unidades mais fracas, e como já referimos, preferem a manutenção da estrutura atual do que verem a sua segurança afetada.

Concluimos por fim que, no atual paradigma do Sistema Internacional, o Neorrealismo de Kenneth Waltz é uma base teórica de perfeita aplicação aos eventos dentro do campo das Relações Internacionais do Século XXI, pois tem a vantagem de conseguir simplificar a análise, focando-se apenas no que

importa para a situação em estudo no momento, abstraindo-nos de análises demasiadamente exaustivas e muito frequentemente contraproducentes.

BIBLIOGRAFIA

AHMADINEJAD, (2005), Assembleia Geral das Nações Unidas, acessado em 21 de Janeiro de 2020 em <http://www.globalsecurity.org/wmd/library/news/iran/2005/iran-050918-irna02.html>

AHMADINEJAD, (2007), Assembleia Geral das Nações Unidas, acessado em 21 de Janeiro de 2020 em <http://www.globalsecurity.org/wmd/library/news/iran/2007/iran-070926-irna01.htm>

ANSARI, A., (2008), *Iran under Ahmadinejad: populism and its malcontents*. International Affairs 84/4, 683 – 700.

ARON, Raymond, (1966), *Peace and War: A Theory of International Relations*, trans. Richard Howard and Annette Baker Fox, Garden City, New York: Doubleday.

ASHLEY, Richard K., (1983), *The Poverty of Neorealism*, pp. 255-300.

BEDIN, G. A., (2004), *O Realismo Político e as Relações Internacionais*, .ed. rev. Ijuí: Ed. Ijuí.

BEDIN, G. A., (2000), *O Realismo Político e as Relações Internacionais: Algumas reflexões sobre o paradigma tradicional das Relações Internacionais*, (Org) Paradigmas das Relações Internacionais, IJUI: UNIJUI.

BEITZ, CR, (1979), *Political Theory and International Relations*, Princeton; Guildford: Princeton University Press.

BOBBIO, Norberto, (1997), *Teorias de Formas de Governo*, trad. Sergio bath, 9 ed., Brasília, Editora da UNB.

BULL, H., (1977), *The Anarchical Society: A Study of World Politics*. New York: Columbia University Press.

BULL, Hedley,(1981), *Hobbes and the International Anarchy*, Social Research, Vol. 48, Politics: The New Work of Hans Morgenthau (Winter 1981), pp 717-738.

BUZAN, Barry, (1984), *Peace, Power and Security: Contending Concepts in the Study of International Relations*, Journal of Peace Research, 21 (2), pp. 109-125, recuperado a 1 de Novembro de 2019 em https://www.jstor.org/stable/423935?read-now=1&seq=2#page_scan_tab_contents.

BOLSINGER, E., (2001), *The Autonomy of the Political: Carl Schmitt's and Lenin's Political Realism*, London: Greenwood Press.

Congressional Research Service. *Iran's Nuclear Program: Status.* RL34544, 2009, recuperado em <https://fas.org/sgp/crs/nuke/RL34544.pdf> a 21 de Janeiro de 2020.

CARR, Edward H., *The Twenty Years' Crisis, 1919–1939: An Introduction to the Study of International Relations* (New York: Harper Torchbooks, 1939, rep. 1964).

CASTELO BRANCO, Pedro, (2011), *O Papel do Estado na Filosofia Política de Carl Schmitt.* O que nos faz pensar, V. 20, nº 30, p 97-131, ISSN 0104-6675. Disponível em: <<http://www.oquenosfazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnfp/article/view/345>>, Acedido a 19 de Novembro de 2019.

CAVALCANTE, Fernando, (2011), *A Construção da Paz em Cenários de Anarquia: Uma Inversão do Foco de Análise, Guerra e Paz.* Relações Internacionais, Dezembro de 2011.

COX, Robert W., (1983), *Social Forces, States and World Orders*, pp. 204-254.

DELANEY, James J., *Jean Jacques Rousseau*, Internet Encyclopedia of Philosophy, disponível em <https://www.iep.utm.edu/rousseau/#SH3b> , acedido a 24 de Outubro de 2019.

DONNELLY, J. (2015), *The Discourse of Anarchy in International Relations*, International Theory: p. 393-425.

DOUGHERTY, James E., Pfaltzgraff, Robert L., (2011), *Relações Internacionais, As Teorias em Confronto*, 2ª Edição, Lisboa, Gradiva Publicações, S.A.

Estatutos da Agencia Internacional de Energia Atómica, Acedido a 23 de Janeiro de 2020 em <https://www.iaea.org/about/statute#a1-12>.

FARZAMNIA, A., (2009), *Irán. De la Revolución Islámica a la Revolución Nuclear.* Madrid: Editorial Síntesis.

FREYBERG-INAN, Annette. (2004). *What Moves Man: The Realist Theory of IR and its Judgement of Human Nature.* Albany: State University of New York Press, recuperado a 19 de Abril de 2020 em https://www.academia.edu/833049/What_moves_man_the_realist_theory_of_international_relations_and_its_judgment_of_human_nature

GAUTHIER, David, (1969), *The Logic of Leviathan*, Oxford. Oxford University Press.

GALLI, Carlo, (2000), *The Critic of Liberalism: Carl Schmitt's Antiliberalism: Its Theoretical and Historical Sources and Its Philosophical and Political Meaning*, 21 Cardozo Law Review, p. 1597 a 1607.

GOTTFRIED, P., (1999), *After Liberalism: Mass Democracy in the Managerial State*, Princeton: Princeton University Press.

HOBBS, Thomas, (1651), *Leviathan or the Matter, Forme, & Power of a Common-wealth Ecclesiasticall and Civill*. London, printed for Andrew Crooke, at the Green Dragon in St. Pauls Church-yard.

HOBBS, Thomas, *Leviatã*, tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, recuperado em 29 de outubro de 2019 em http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf

HOFFMAN, Stanley, (1981), *The State of War* (New York: Praeger, 1965), *Duties Beyond Borders* (Syracuse, NY: Syracuse University Press, 1981).

HOOKER, William, (2009), *Carl Schmitt's International Thought, Order and Orientation*, Cambridge University Press, New York.

JAFARZADEH, A., (2008), *The Iran Threat. President Ahmadinejad and the Coming Nuclear Crisis*. New York: Palgrave Macmillan.

KAHN, H. and **BRUCE-BRIGGS**, (1972), *Things to Come: Thinking about the 1970s and 1980s*, New York: Macmillan.

KEOHANE, Robert O., (1983), *Theory of World Politics*, pp. 158-204.

KEHOANE, Robert O., (1984), *After Hegemony, Cooperation and Discord in the World Political Economy*, Princeton University Press, New Jersey.

KEHOANE, RO, **OSTROM**, E, (1994), *Local Commons and Global Interdependence*. Thousand Oakes, CA: SAGE.

KORAB-KARPOWICZ, W. Julian, "Political Realism in International Relations", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Recuperado em 15 de Agosto de 2019 em <https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/realism-intl-relations/>>

LEBOW, R.N., (2007), "Classical Realism", in Dunne, T., Kurki, M. and Smith, S., *International Relations Theories: Discipline and Diversity*, Oxford University Press, Oxford.

LINKLATER, A. (1998), *The transformations of Political Community: Ethical Foundations of a Post-Westphalian Era*, Cambridge: Polity.

MALTEZ, Jose Adelino, (2002), *Curso de Relações Internacionais*, Principia, Cascais.

MANNHEIM, K., (1936), *Ideology and Utopia*, New York, Harcourt Brace Jovanovich, consultado em <https://archive.org/details/ideologyutopiainoomann> a 19 de Abril de 2020.

MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, Ed. Ridendo Castigat Mores, acessido e transferido a 8 de outubro de 2012 em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf>

MEARSHEIMER, John, (2001), *The Tragedy of Great Power Politics*, New York: W. W. Norton.

MINGST, Karen A., Arreguín-Toft, Ivan M., (2017), *Essentials of International Relations*, Seventh Edition, W.W. Norton & Company, New York – London.

MIRANDA, P., (2009), *Memoria de investigación. Irán como actor internacional tras el fin de la Guerra Fría: alcance y contexto*, Tese de Mestrado, IBEI Barcelona.

MORGENTHAU, Hans J., (1954). *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*, 2nd ed., New York: Alfred A. Knopf.

MORGENTHAU, Hans J., (2003), *A Política entre as Nações – A Luta pelo Poder e pela Paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

MORGENTHAU, Hans J., (1962), *The Decline of Democratic Politics*, Volume I de Politics in *The Twentieth Century*, The University Chicago Press, Chicago, Illinois, USA, consultado a 9 de Abril de 2020 em <https://archive.org/details/politicsintwenti01morg/page/n7/mode/2up>

MORGENTHAU, Hans J., (1974), *The New Diplomacy of Movement*, Encounter, 43, pp 52-57.

OLSON, Mancur, (1965), *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*, Cambridge: Harvard University Press.

PASHAKHANLOU, Anash Heydarian, (2018), *The Past, Present and The Future of Realism*, Published in Realism in Practice and Apraisal, page 29 to 42, EDITED BY DAVIDE ORSI, J. R. AVGUSTIN & MAX NURNUS, E-International Relations Publishing.

PERKOVICH, G, (2003), *Dealing with Iran's nuclear challenge*. Carnegie Endowment for International Peace, Recuperado em 22 de Janeiro de 2020 em <http://www.iranwatch.org/privateviews/CEIP/perspex-ceip-iraniannuclearchallenge042803.pdf>.

POWELL, Robert, (1994), *Anarchy in international relations theory: the neorealist-neoliberal debate*, International Organization, Vol. 48, No. 2, pp. 313-344.

PRICHARD, A., (2016), *Anarchy in: Berenskoetter F (ed) Concepts in World Politics*, London: SAGE, 125-141.

RUGGIE, John Gerard, (1983), *Continuity and Transformation in the World Polity*, pp. 131-158.

SADJAPOUR, K., (2009), *Reading Khamenei: The World View of Iran's Most Powerful Leader*, Washington D.C.: Carnegie Endowment for International Peace.

SAGAN, S. D. & Waltz, K. N., (2002), *The Spread of Nuclear Weapons: a Debate Renewed*. New York: W. W. Norton & Company.

SAVIGEAR, P., (1978), *European Political Philosophy and the Theory of International Relations*, in T. Taylor (ed.), *Approaches and Theories in International Relations*, Longman.

SCHMITT, Carl, 2008, *O Conceito do Político / Teoria do Partisan*, Coordenação e Supervisão Luís Moreira, Tradução de Geraldo de Carvalho, Belo Horizonte: D'el Rey

SHEEHAN, Michael, (2000), *The Balance of Power - History and Theory*. Londres: Routledge.

SMITH, Woodruff D., (1980), *Friedrich Ratzel and the Origins of Lebensraum*, German Studies Review, Vol. 3, No. 1, pp. 51-68.

SMITH, Thomas W., (2005), *History and International Relations*, Taylor & Francys e-Library, recuperado a 10 de Abril de 2020 em https://www.academia.edu/11774503/HISTORY_AND_INTERNATIONAL_RELATIONS?email_work_card=view-paper

STRAUSS, Leo, (1965), *Hobbes Studies*, K.C. Brown Edition, Oxford: B. Blackwell.

TAYLOR, T., (1978), *Approaches and Theory in International Relations* (Longman, London), pp. 32–53. Acedido a 11 de novembro de 2019 em <https://archive.org/details/approachestheory000otayl/page/32>

TUCIDIDES, (2001), *História da Guerra da Peloponeso*, Trad. Do Grego de Mário da Gama Kury, 4ª Edição, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Instituto de pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Resolução 1696 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 31 de Julho de 2006, acedido a 20 de janeiro de 2020 em <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1696>

Resolução 1835 de 27 de Setembro de 2008 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, recuperado a 21 de Janeiro de 2020 em https://www.iaea.org/sites/default/files/unsc_res1835-2008.pdf

Resolução 2231 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 20 de Julho de 2015, consultado em 20 de janeiro de 2020 e disponível em https://www.iaea.org/sites/default/files/unsc_resolution2231-2015.pdf

ROUSSEAU, Jean Jacques, 2003, *Rousseau e as Relações Internacionais*, prefácio: Gelson Fonseca Jr., São Paulo, Imprensa Oficial do Estado

Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, acessido em 24 de Janeiro de 2020 em <https://www.un.org/disarmament/wmd/nuclear/npt/text>

WALTZ, K., (2012), *Why Iran should Get the Bomb. Nuclear Balancing Would Mean Stability*. Foreign Affairs. Recuperado de <https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2012-06-15/why-iran-should-get-bomb> em 20 de janeiro de 2020

WALTZ, K., (1988), *The Origins of War in the Neorealist Theory*. The Journal of the Interdisciplinary History, 18 (4), 615–628.

WALTZ, K., (2000), *Structural Realism after the Cold War*. International Security, 25(1), 5–41.

WALTZ, K. (1981). *The Spread of Nuclear Weapons: More May Be Better*. Adelphi Papers 171. London : International Institute for Strategic Studies.

WALTZ, Kenneth, (2001), *Man, The State, and War: a theoretical analysis*, New York: Columbia University Press.

WALTZ, Kenneth N. (1979), *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill.

WALTZ, Kenneth, (1990), *Realist Thought and Neorealist Theory*, Journal of International Affairs, recuperado em 28 de Maio de 2020 em [https://www.academia.edu/5865058/Realist Thought and Neorealist Theory by Kenneth N. Waltz](https://www.academia.edu/5865058/Realist_Thought_and_Neorealist_Theory_by_Kenneth_N._Waltz)

WALTZ, Kenneth. (2008). *Realism and International Politics*. New York: Routledge.